

## A T A S

**ATA DA TRECENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2015. Presidência:**

Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira convocação. **COMPARECIMENTOS:** João Paulo Cândia Veiga,

Roberto Bolzani Filho, Antônio Carlos Colangelo, Sueli Furlan, Osvaldo Luis Angel Coggiola,

Marli Quadros Leite, Álvaro Faleiros, Sefa Alfred Abou Jubran Chahla, Shirlei Lika Ichisato

Hashimoto, Brasília João Sallum Junior, Fábio Rigatto de Souza Andrade, Ana Paula T.

Magalhães Tacconi, Paulo Roberto Massaro, Esmeralda Vailati Negrão, João Azenha Junior,

Marilza de Oliveira, Ricardo Ribeiro Terra, Sandra Margarida Nitrini, Valéria de Marco,

Adriane Silva Duarte, Adrián Pablo Fanjul, Gildo Magalhães dos Santos Filho, Elizabeth

Harkot de La Taille, Marcos Francisco N. de Eugênio, Maria Célia Pereira Lima Hernandez,

Marina de Mello e Souza, Mary Anne Junqueira, Paulo Roberto Arruda de Menezes, Rodrigo

Monteferrante Ricupero, Elisabetta A. Rita Maria Carmela Santoro, Maria Eliza Miranda,

Giuliana Ragusa de Faria, Glória de Anunciação Alvez, Íris Kantor, Luciana Raccanello Storto,

Giovanna Mara Mendonça Usai, João Carlos Borghi Nascimento Bruder, Patrícia Sayuri

Tanabe Galvão, Cícero Romão Resende de Araújo, Luciana Ramos Pereira, Daniel de Almeida

Torres de Brito, Guilherme Akira Nishio. Como assessores atuaram: Rosangela Duarte Vicente

(ATAC), Vânia Santos de Melo (ADM), Augusto Cesar Freire Santiago e Ricardo Fontoura

(STI), Leonice Maria Silva de Farias (ATFN), Eliana B. da S. A. Barros (SCS), Maria

Aparecida Laet (SBD). **EXPEDIENTE: 1.** Justificaram a ausência os seguintes membros: João

Roberto Gomes Faria (Vice-Diretor), Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Sandra Gardini

Teixeira Vasconcelos, Hélio de Seixas Guimarães, Vagner Camilo, Manoel Fernandes de

Souza Neto, Sylvia Bassetto, Álvaro de Vita, Helder Garmes, Adma Fadul Muhana. **2.** Leitura

e Explicação das Atas. Com a palavra o Senhor Diretor disse: “Estamos fazendo todo o esforço

para, em um prazo razoável, colocar em dia as atas. Coloco em votação as atas das reuniões de

dezoito de junho, vinte e seis de junho, vinte e um de agosto, vinte e três de outubro, de vinte e

sete de novembro, dezoito de dezembro, todas de dois mil e catorze, enviadas para apreciação

do colegiado. Informo que houve erro no áudio da ata da reunião ordinária de dezoito de

outubro de dois mil e catorze, o que impossibilitou a transcrição das falas de todos os membros.

Essa ata será apreciada na reunião da próxima congregação.” Após submetido ao colegiado, as

atas foram **APROVADAS 3.** O Senhor Diretor comunicou a eleição das Profas. Dras. **Safa**

**Alferd Abou Chahla Jubran** e **Shirlei Lica Ichisato Hashimoto**. Como chefe e vice chefe

## A T A S

35 do Departamento de Letras Orientas para o biênio de dois mil e quinze a dois mil a dois mil e  
36 dezessete. 4. O Senhor Diretor comunicou o envio de pedido ao Departamento de Ciência  
37 Política, Filosofia, Sociologia e História para indicação de docentes para compor a comissão  
38 dessa congregação para acompanhamento das políticas para o quadro docente. Até a presente  
39 data, os docentes indicados pelos respectivos departamentos são: Departamento de  
40 Antropologia Prof. Márcio Ferreira da Silva, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas:  
41 Prof. Paulo Martins, Departamento de Letras Modernas: Prof. João Azenha Junior e Álvaro  
42 Faleiros, Departamento de Letras Orientais: Profa. Mona Mohamad Hawi como titular e Lusine  
43 Yeghiazaryan como vice, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada: Marcelo  
44 Parreira e Departamento de Linguística: Olga Ferreira Coelho Sansoni e Raquel Santana  
45 Santos. Foi recebido em quinze de maio de dois mil e quinze a indicação dos professores  
46 Valéria de Marcos e Manuel Fernandes de Souza, representando a posição de titular e suplente,  
47 respectivamente. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: \_Quero lembrar que tenho percebido  
48 um aumento da frequência de retornos de casos da CERT, ou pedindo esclarecimentos  
49 adicionais ou recusando o relatório de permanência no regime ou postergando por mais dois  
50 anos o período de estágio probatório. Então eu espero que essa comissão possa se reunir com  
51 todos os departamentos de maneira que consigamos chegar a algumas diretrizes que possam ser  
52 norteadoras das nossas atividades de avaliação de relatórios. 5. O Senhor Diretor comunicou:  
53 “O agendamento da avaliação institucional da Faculdade para o período de cinco a nove de  
54 outubro de dois mil e quinze, o quarto ciclo de avaliação institucional da USP. Nossa faculdade  
55 receberá a visita de duas comissões de avaliadores externos, sendo uma da área de Humanidade  
56 e outra na área de Letras. Na comissão de humanidades, Prof. Dr. Prof. Dr. Hugh Matthew  
57 Lacey (Swartmore College, USA), Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (UFRJ) e Profa. Dra. Junia  
58 Ferreira Furtado (UFMG). A Comissão de Letras é composta por Prof. Dr. Leo Wetzels (Vrije  
59 Universiteit, Holanda), Prof. Dr. Jacyntho Lins Brandão (UFMG) e Prof. Dr. Arnaldo Cortina  
60 (UNESP-Araraquara). Assim sendo, o prazo final para o envio dos formulários respondidos  
61 sobre as auto avaliações dos departamentos é dia quatro de agosto de dois mil e quinze. Quero  
62 lembrar que os departamentos que ainda não mandaram o nome para ser cadastrados no  
63 sistema, o façam o mais rápido possível. O prazo final para envio dos formulários preenchidos  
64 em inglês, assim como os formulários das unidades, é de quatro de setembro de dois mil e  
65 quinze, quer dizer que tenho um prazo muito curto para a diretoria trabalhar o prazo da  
66 unidade. Que dizer que vou pedir apoio, junto aos departamentos, para a composição desse  
67 formulário. Vou passar a palavra, sobre um assunto de muita inquietação que está ficando cada  
68 vez maior, que é o problema da interdição do segundo andar da biblioteca, com todas as

## A T A S

69 consequências e prejuízos que vocês possam imaginar. Gostaria que a chefe técnica da  
70 biblioteca pudesse atualizar essa congregação a respeito desse assunto.”. Com a palavra, a  
71 Chefe Técnica da Biblioteca, Maria Laet disse: “Em seguida a interdição, fomos fazendo todos  
72 os ajustes solicitados pela Covisa, em termos da parte física, isso foi relativamente rápido, a  
73 não ser um ajuste do ar condicionado que mexeria com a planta, mas o que mantém aquele piso  
74 fechado é a obtenção desse laudo. Nós já havíamos falado desse laudo em uma congregação de  
75 novembro, em que nós falamos das ações que nós estávamos tomando. Então esse laudo que  
76 está sendo pedido, nós já estávamos fazendo pesquisa de quem tem, preço e como consegui-lo,  
77 em novembro. De tal forma que quando foi solicitado, dia doze de março havia processo aberto  
78 já com orçamentos e levantamentos de empresas, então, a compra dele foi fechada em dois  
79 meses e a partir disso, nós contamos três meses, porque tem que ter importação do filtro, pois  
80 não se usa mais DDT desde mil novecentos e oitenta e seis, então não se fabrica mais. A grande  
81 demora, na verdade, é a compra do filtro. E depois disso, são quinze dias para a medição de ar e  
82 mais quinze dias para a confecção do relatório. Depois disso a Covisa ainda nos pede alguma  
83 documentação. Estamos trabalhando nessa documentação, mandamos o que tínhamos, estamos  
84 enviando o resto, fizemos os cronogramas de entregas. Eles receberam uma parte, nos fizeram  
85 uns questionamentos, vamos responder o questionamento e é isso. Voltando para a questão do  
86 laudo, o que foi feito desde então? Nós demos um prazo, mas não ficamos parados. Eu mandei  
87 a seguinte proposta para eles: já que se levantava a hipótese de contaminação, tirar todas as  
88 cadeiras do segundo andar, tirar as mesas de modo que ninguém permaneça lá, possam pegar o  
89 livro e sair de lá, mas isso não foi aceito. O que eles querem é uma proposta escrita e  
90 consolidada. Isso foi negado, pois o mais importante é a saúde do trabalhador. E fora isso,  
91 continuamos fazendo outros contatos. Na semana passada, vieram à biblioteca dois  
92 toxicologistas da Farmácia e eles ainda não nos deram retorno, pois precisam da participação  
93 de uma outra professora cuja mãe faleceu recentemente e está de licença prêmio. De qualquer  
94 maneira, eles foram visitar a área e tiraram cópia dos documentos que estivessem a ser  
95 oferecidos para eles e estão aguardando o retorno dessa professora. O SESMT nos mandou um  
96 relatório falando que não houve nexos com a Covisa, disse que é um relatório genérico, mas diz  
97 que se trata de exames que ainda não foram concluídos.”. Com a palavra, o Senhor Diretor  
98 disse: “Eu queria dizer para todos vocês que estou fazendo todo esforço com a diretoria da  
99 biblioteca para liberar a biblioteca. Fui advertido com várias instâncias da universidade pra eu  
100 não me confrontar com a Covisa e que é preciso que atendamos o mais rápido possível as  
101 exigências deles, para liberar o mais rápido possível a biblioteca. Dependemos da empresa que  
102 foi contratada para prestar os serviços e colocar os filtros e poder realizar as avaliações que

## A T A S

103 precisam ser feitas e produzir esse laudo. Antes disso eu não tenho como. Mas caso haja uma  
104 ampla mobilização dos alunos, professores, talvez o cenário se modifique. Eu gostaria muito  
105 que a Covisa desse uma espécie de autorização, para os próximos três meses, por exemplo, que  
106 em condições especiais, pessoas autorizadas possam pegar livros, mas até esse momento não  
107 conseguimos nada nessa direção.”. Com a palavra, a funcionária Maria Laet disse: “É muito  
108 comum que pessoas perguntem se o IPT não pode vir fazer alguma coisa. O IPT não faz essa  
109 análise, que foi solicitada. E, adicionalmente, o IPT não vem coletar material e nem analisar  
110 ambiente. Compreende-se que o papel deles é analisar aquilo que foi coletado. Não propõe  
111 metodologia de trabalho, até o deles é analisado. Eles entendem que o que ajuda a manter a  
112 idoneidade do processo é que eles trabalham com o que foi levado para eles, dentro de uma  
113 metodologia consagrada, que não foi criada por eles.”. Em aparte, a Profa. Iris Kantor disse:  
114 “Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a condução dessa crise, a bibliotecária Maria  
115 Laet e Prof. Sérgio Adorno que estão fazendo todo o empenho e esforço para resolver esse  
116 problema que é de ordem técnica e política, pois não há uma periculosidade comprovada. Nós  
117 temos que responder a Covisa e essa demanda, mas acho que deva se criar uma comissão que  
118 mobilize o diretor da Covisa. Nosso colega, Prof. Carlos Almeida Bacelar, se prontificou a  
119 fazer uma embaixada na Covisa e negociar um acesso parcial ao segundo andar, porque essa  
120 situação é insustentável. Eu tenho vergonha de dizer que a biblioteca está parada desde o ano  
121 passado. Estamos no final do semestre e já prejudicamos mais de uma centena de alunos que  
122 estão concluindo suas teses, mestrados, doutorados e graduandos. Então, obviamente, podemos  
123 fazer uma mobilização geral e chamar a imprensa, mas acho que devemos, primeiro, criar uma  
124 comissão e criar um diálogo com a Covisa. Inclusive mobilizar, se for o caso, a Reitoria, pois é  
125 um assunto da máxima urgência.” Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu acho uma  
126 sugestão oportuna. Podemos organizar uma comissão de professores e tentar esse contato. Até  
127 onde nós chamamos técnicos, eles acham que estamos no caminho correto, mas as medidas não  
128 tem impacto imediato. Vamos manter contato e fazer isso, Profa. Iris. Chamarei alguns  
129 professores interessados e vamos tentar isso. Vou tentar fazer com que atualizemos as  
130 informações e coloquemos num comunicado para que haja maior conhecimento do estado  
131 geral. O Prof. João Roberto Gomes de Faria está de licença. A Profa. Maria Helena Pereira  
132 Toledo Machado esteve presente na reunião do CO, representando a congregação, mas ela me  
133 comunicou hoje que por um problema pessoal, não poderia estar presente na congregação. Vou  
134 fazer um breve relato sobre o que aconteceu na reunião do CO. A pauta da reunião era,  
135 primeiro, a apresentação e aprovação da definição do índice de reajuste salarial que seria  
136 levado pelo reitor à reunião do CRUESP. E a pauta implicava também na revisão do orçamento

## A T A S

137 anual, algo que havia sido previsto em reunião do CO do ano passado, que agora, em função da  
138 evolução da economia brasileira e paulista, haveriam periódicas revisões do orçamento. O  
139 Reitor também comunicou que uma vez aprovadas as metas institucionais, entra-se agora uma  
140 fase de execução. Ele entende como execução, monitoramento das medidas. São mais de  
141 oitenta metas institucionais divididas entre cinco ou seis áreas. Foi criada uma comissão  
142 formada pelo Prof. Joaquim, vice diretor da FEA, pelo Prof. Bafa, da Faculdade de Filosofia,  
143 Ciências e Letras de Ribeirão Preto, físico, e pelo Prof. João Ciro André da Politécnica. Eles  
144 vão fazer o monitoramento dessas metas e, inclusive, tem a prerrogativa de ir às unidades e  
145 fazer consultas à direção, órgãos, assistências, para poder executar as atividades que lhes  
146 competem nessa comissão. A partir disso, deu-se início imediatamente à discussão, seguida de  
147 votação, de reajuste salarial. O reitor fez considerações sobre a metodologia de fixação do  
148 índice, explicou que o índice resulta de uma reunião de três reitores e que o propósito dessa  
149 proposta de reajuste salarial é uma política de recomposição salarial, respeitado os limites  
150 orçamentários das três universidades. Ou seja, é o que as três universidades podem ceder sem  
151 que isso provoque impacto inaceitável na execução de seu orçamento, mas também com  
152 sentido de recompor, o mínimo que seja, os patamares salariais. As três universidades já  
153 ultrapassaram seu orçamento, estão todas em situação bastante crítica do ponto de vista  
154 financeiro, estão as três tirando recursos de suas reservas. A USP é a que tem a maior reserva,  
155 que está sendo consumida em volume grande muito rapidamente. As outras duas universidades  
156 têm uma situação diferenciada, um volume de reserva bem menor que a da USP, então isso  
157 torna a situação deles de menor flexibilidade. O comprometimento razoável com a folha de  
158 pagamento seria oitenta e cinco por cento, isso seria o ideal que as universidades conseguiriam  
159 viver se chegasse a esse patamar. Tudo isso está sendo feito em ambiente pessimista em relação  
160 à economia desse país. Há uma grande expectativa de crescimento negativo, que tem impacto  
161 na economia paulista, inflação crescente, embora haja uma expectativa de abrandamento do  
162 crescimento da inflação no segundo semestre. Há claros sinais de redução de recursos que são  
163 transferidos para as três universidades. Em relação ao primeiro quadrimestre, houve queda de  
164 três ponto nove na arrecadação do ICMS. Em termos nominais, o crescimento do ICMS foi de  
165 menos quatro ponto seis no período de abril a abril. Então a proposta da CRUESP é o limite  
166 que se pode alcançar que consiste no reajuste de sete ponto vinte e um, sendo quatro por cento  
167 a partir de maio e três ponto vinte e um a partir de outubro. Em seguida, foi pedido ao  
168 presidente da COP, Adalberto Fischmann, que fizesse uma apresentação da situação  
169 orçamentária. Antes de fazê-lo, ele disse que a composição do índice e a situação orçamentária  
170 são feitas considerando os três cenários. O primeiro é a situação da economia brasileira e o

## A T A S

171 reflexo na economia paulista. O segundo, a identificação de dados referentes a custeios  
172 adicionais. Está sendo gasto trinta e cinco milhões de reais em custeios adicionais como  
173 aluguel, segurança patrimonial e o impacto das tarifas públicas. Só o impacto das tarifas  
174 públicas são de dezoito milhões. E o aumento das bolsas moradias, em torno de um milhão e  
175 quatrocentos mil reais. Em terceiro, o impacto do reajuste salarial, impacto PIDV, um  
176 programa que gera uma economia para USP de cento e cinquenta e dois milhões por ano.  
177 Foram gastos com o programa, duzentos e noventa milhões, dos quarenta milhões inicialmente  
178 previstos. A redução do repasse na ordem de cento e oitenta e nove milhões e quinhentos mil  
179 reais. O gasto com folha de pagamento está na ordem cento e vinte e cinco milhões, já  
180 totalizados os gastos com reajustes. Nós passaremos a ter, dentro desse cenário, um déficit de  
181 um bilhão e quatrocentos milhões. Esse déficit nos deixará com cerca de quinhentos mil de  
182 reserva para o ano que vem. Então o esforço é para chegar ao final do ano com um déficit igual  
183 ao do ano anterior. Assim teríamos algo em torno de seiscentos ou setecentos milhões de  
184 reserva para o próximo ano. Há uma sugestão que o orçamento seja administrado no âmbito da  
185 administração central e das unidades. Se seguiram várias discussões. Pela primeira vez vi o CO  
186 discutindo substantivamente o orçamento. Quer dizer, perguntas e esclarecimentos sobre os  
187 dados do orçamento, perguntas sobre os impactos das folhas de pagamento. Houve uma série  
188 de discussões, embora, salvo a manifestação de funcionários e discentes, essa proposta é  
189 considerada um avanço, pois estava se esperando até menos. Como se sabe, havia uma previsão  
190 de quatro ponto oito prevista para o reajuste. Então essa nova proposta é considerada boa, pois  
191 se refere a um reajuste mais favorável. Os representantes dos funcionários insistiram numa  
192 proposta de reajuste de onze por cento e protestaram contra a forma de votação. A forma de  
193 votação seria: primeiro votar o parecer da COP e se o parecer da COP não fosse aprovado,  
194 então seria votada a proposta alternativa apresentada pelo representante dos funcionários.  
195 Então, depois de uma longa discussão, bastante madura, claro que acena-se para cortes  
196 orçamentários. Isso é uma coisa que terá que ser discutida. Outros acham que o problema não é  
197 de cortes, mas de ordenação das despesas. Mas, enfim, acabou sendo votada a proposta de  
198 parecer da COP. Houve oitenta e um votos favoráveis, nove votos contrários, uma abstenção e  
199 um voto em branco. Haverá uma nova reunião do CO prevista para o dia vinte e três de junho.”.

200 **EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE PESQUISA.** Com a palavra, a Profa. Ana Paula  
201 Tacconi disse: “Não temos informe, mas temos lembrete de que termina amanhã o prazo de  
202 inscrição para as bolsas de programa de iniciação científica PIBIC, Santander e Bolsa USP  
203 Reitoria.”. **EXPEDIENTE DOS SERVIDORES NÃO DOCENTES.** Com a palavra, o  
204 funcionário João Carlos Borghi Nascimento Bruder disse: “Em primeiro lugar, só quero

## A T A S

205 pontuar que do ponto de vista dos trabalhadores da USP, essa proposta de recomposição, na  
206 verdade, não recompõe o poder de compra dos trabalhadores, tendo em vista que além de ser  
207 insuficiente em relação aos itens de consumo que mais pesam na economia do trabalhador é  
208 essa parcela em duas vezes, enfim, corrói ainda mais o nosso salário, tendo em vista que até a  
209 segunda parcela for paga, estaremos perdendo uma inflação galopante cada mês até setembro.  
210 Em segundo lugar, acho que todos acompanharam, da última congregação para essa, passamos  
211 pela segunda paralisação de trabalhadores da FFLCH esse ano. A primeira foi em relação da  
212 questão do acervo contaminado na biblioteca, acho que foi dado o informe de como está sendo  
213 encaminhado, gostaria de lembrar que se os funcionários da biblioteca e a organização sindical  
214 tivessem sido ouvidos em relação ao que estava acontecendo na biblioteca, acho que os  
215 contratemplos seriam bem menores hoje do que a situação que nos encontramos com o segundo  
216 andar da biblioteca fechado até hoje. Essa segunda paralisação aconteceu no final de abril por  
217 conta da realização do sexto congresso dos trabalhadores da USP. Aconteceu que a gente aqui  
218 na FFLCH elegeu treze delegados para participar desse congresso e devido ao  
219 comprometimento da direção da faculdade com uma consulta com a procuradoria geral da USP,  
220 essas liberações sindicais foram negadas. A liberação desses delegados para representar os  
221 trabalhadores da nossa faculdade lá no congresso do SINTUSP foram indeferidas pela direção  
222 da faculdade. Isso é inadmissível. É um direito elementar democrático, a participação do  
223 congresso da nossa categoria. A FFLCH seria a única unidade de ensino que não enviaria uma  
224 delegação para o nosso congresso e diante desse impasse, decidimos por paralisar os  
225 funcionários de toda a faculdade. No fim, dezenas de trabalhadores da FFLCH participaram  
226 desse congresso e isso foi muito positivo para o avanço da nossa organização, nossa formação  
227 política e discussão entre os trabalhadores. Então além dos seis delegados, dezenas de  
228 funcionários da faculdade tiveram a oportunidade de participar desse congresso. Quero chamar  
229 atenção para esse comprometimento da direção da faculdade com a procuradoria geral  
230 justamente no momento em que a procuradoria geral da USP vem avançando numa sanha  
231 punitiva cada vez maior sobre os ativistas dessa universidade, inclusive em relação às  
232 lideranças sindicais da USP como um todo e da nossa faculdade. Então, chamar atenção para  
233 esse momento em que a universidade está em crise, todos os cortes de verbas para nós incide  
234 com muita violência, seja com o arrocho salarial, na ameaça aos nossos empregos, na  
235 precarização das nossas condições de trabalho, mas afeta a faculdade com um todo, não diz  
236 respeito só aos trabalhadores. Então em momento como esse de crise, de corte de orçamento,  
237 nós quando resistimos somos perseguidos por isso também. Então questiono esse  
238 comprometimento da gestão da faculdade cada vez maior com uma procuradoria que vem nos

## A T A S

239 atacar quando, na verdade, uma das categorias que pode ser um pilar de resistência dentro na  
240 Universidade para manter as condições mínimas de trabalho, estudo e pesquisa aqui dentro,  
241 vem sendo perseguida. Queria questionar um pouco com quem a direção tem se comprometido  
242 e para que horizonte isso aponta. Deixo a palavra para a Patrícia complementar como está  
243 sendo encaminhada, pois ainda não está sendo resolvida a questão da paralização da biblioteca.  
244 Uma das nossas reivindicações era a destituição do cargo da chefia da biblioteca da Maria Laet  
245 não foi ouvida ainda. E estamos dando encaminhamento em relação às denúncias de assédio  
246 moral que estão acontecendo com os trabalhadores da biblioteca.”. Com a palavra, a  
247 funcionária Patrícia Sayuri Tanabe Galvão disse: “A comissão eleita nessa congregação  
248 começou a ouvir os funcionários e é chocante os casos de assédio e como eles estão  
249 inteiramente ligados a como foi conduzida a questão do DDT. Então queremos deixar  
250 ressaltado que a questão do fechamento do segundo andar, passa por toda a má administração e  
251 assédio que sofreram os trabalhadores da biblioteca. Uma outra coisa que consta no nosso  
252 acordo e que precisa ser lembrado aqui e peço compromisso do Senhor Diretor para fazer-se  
253 cumprir os exames toxicológicos não apenas dos funcionários, mas também dos funcionários  
254 da manutenção, alguns deles já se manifestaram para nós em relação a dores, mal estar, e  
255 gostariam de fazer parte dessa listagem de exames para saber os danos que o DDT pode ter  
256 causado.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Em primeiro lugar, recebi o pedido de  
257 dispensa do diretor e mais doze funcionários, delegados da faculdade ao congresso, no dia  
258 dezessete de abril, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, no meio de uma agenda de  
259 trabalho. Dia dezessete era véspera de um feriado prolongado e só retornamos no dia vinte e  
260 dois. Eu preciso consultar a procuradoria jurídica pois eram doze funcionários em uma semana.  
261 Eu preciso saber, pois eu sou fiscalizado pelo tribunal de contas e aqui eu tenho  
262 comprometimento com a procuradoria pois eu tenho comprometimento com o cumprimento da  
263 lei. E eu preciso de orientação legal e quem me pode dar orientação legal é a procuradoria. Para  
264 mim não é nenhum demérito. Seria demérito eu não ir à procuradoria procurar como proceder.  
265 O que ocorreu nesse fato foi que eu recebi orientações ambíguas, em um dia recebi uma  
266 orientação e alguns dias depois recebi outras. Foi essa a situação. Quero dizer que tenho  
267 interesse que o sindicato compareça e que essas dispensas estivessem regulamentadas. Em  
268 segundo lugar, não podemos esquecer que antes de serem membros com representação sindical,  
269 são funcionários públicos e estão sujeitos ao cumprimento do contrato de trabalho, das horas de  
270 trabalho e nós como chefes somos responsáveis pela verificação do cumprimento do trabalho.  
271 Então quando ouço críticas dessa natureza, eu estou sendo constrangido à ilegalidade. Isso é um  
272 constrangimento moral grave, não posso aceitar isso. Então, me desculpe. Reconheço que foi

## A T A S

273 mal conduzido. Tive a hombridade de reconhecer. Mas se vocês consultarem à legislação, a  
274 legislação é muito clara. Agora quero saber o porque que o sindicato não chegou um mês antes  
275 dizendo que iriam aparecer tais pedidos de dispensa e teria sido muito mais simples. Eu teria  
276 consultado meus colegas, outros diretores, teria sido muito mais fácil. Fiquei sabendo,  
277 inclusive, que esse pedido de liberação foi feito na mesma hora para todas as unidades e todas  
278 as unidades ficaram com dúvidas sobre o que fazer. Agora como em todas as unidades o  
279 número de pessoas era muito pequeno, cada uma delas tomou uma decisão diferenciada e  
280 acabaram liberando. Quero dizer a vocês com muita clareza, pois pelo que vocês falam aqui,  
281 parece que meu comprometimento com a procuradoria é um comprometimento ideológico, mas  
282 é um comprometimento legal e me cabe fazer isso como diretor.”. Com a palavra, a funcionária  
283 Patrícia Galvão disse: “Só queria fazer um complemento ao que você disse agora. Não foi o  
284 seu entendimento de falta de amparo jurídico para liberação de funcionários para atividades  
285 sindicais não se restringiu só em relação ao congresso, pois eu participei da primeira mesa de  
286 negociação para a gente tentar ter as liberações ao congresso e você estendeu a restrição à  
287 reuniões corriqueiras, frequentes de direção e CDB, as reuniões ordinárias. E isso representa  
288 para a organização dos trabalhadores um ataque, pois a gente não conseguiria nem  
289 minimamente informar os funcionários o que está acontecendo na Universidade. Então foi uma  
290 restrição não só em relação ao congresso, mas se estendeu a qualquer reunião ordinária que  
291 fosse chamada pelo sindicato. Isso foi um ataque tremendo à nossa organização, uma atitude  
292 anti-sindical e isso que foi o fundamento para a forte paralisação dos trabalhadores que agiram  
293 de maneira correta a esse ataque e foi a única unidade que impôs essa restrição ao congresso e  
294 aos CDBs. O HU, por exemplo, tinha muito mais delegados que a FFLCH.”. Com a palavra, o  
295 Senhor Diretor disse: “Eu já disse para vocês e não vou repetir, tive orientação ambígua. Me  
296 disseram que era imperativo e depois de dois dias tive a informação que não, que fica a critério  
297 do diretor. Se tivesse recebido que ficava ao critério do diretor, eu teria liberado. Eu acho que  
298 uma atitude madura é negociar essas dispensas. Não tenho nada contra vocês se organizarem.  
299 Mas vocês fazem as assembleias de discussão das duas às quatro da tarde, horário de trabalho.  
300 Vocês não estão fazendo em horário de almoço. Não sei se as chefias estão ou não de acordo.  
301 Não estou contra, quero conversar, mas precisa ter uma atitude firme, ou seja, quais as  
302 situações que se dispensa e quais circunstâncias. Confesso que fiquei muito chocado com a  
303 nota que a ADUSP setorial expediu. Fiquei muito chocado por uma razão muito clara: antes de  
304 ser diretor aqui, eu sou colega de vocês. Alguém poderia ter me ligado e ter ouvido meu ponto  
305 de vista. Não fizeram isso. Esqueceram toda minha história, toda minha história de pesquisa.”.  
306 Com a palavra, o Prof. Ádrian Pablo Fanjul disse: “Não queria que esse assunto voltasse, mas

## A T A S

307 me vejo obrigado a esclarecer algumas coisas. O representante da FFLCH na ADUSP  
308 direcionou um convite à direção informando que essa reunião seria feita, pedindo que fosse  
309 alguém em representação. Não precisaria ser o próprio diretor, o diretor poderia convocar o  
310 nosso representante, mas não houve sequer resposta ao e-mail. Eu escuto que o Prof. Sérgio  
311 Adorno diz que esquecemos da sua história. Naquela reunião, entre os professores que haviam,  
312 comentei que em várias ocasiões na congregação, eu tinha defendido a direção de acusações  
313 como, por exemplo, de ter cortado pontos, quando não era assim. Também por uma questão de  
314 convivência, muitas vezes, por exemplo, informes da congregação não incluía determinados  
315 assuntos. O desfecho do problema da biblioteca, nós não fizemos um informe em relação a isso.  
316 Então eu fico bravo. Nós estamos tendo uma atitude de convivência e me surpreendo muito.  
317 Acho que é melhor deixar esse assunto de lado, mas teria bastante a dizer não sobre o histórico,  
318 mas sim sobre atitudes políticas. Agora, se para o Senhor Diretor pensar com seus colegas é  
319 *descer*, eu vou considerar uma expressão infeliz, um produto da própria tensão.”.

320 EXPEDIENTE DOS DISCENTES. Com a palavra, o R.D. Daniel de Almeida Torres de Brito  
321 disse: “Boa tarde. Gostaria de dar um informe rápido. Acabou de ter uma assembleia do curso  
322 de Letras entre os alunos. A outra metade vai ser à noite. O resultado não está consolidado, mas  
323 sinto que foi tirada uma paralisação para o dia vinte e nove desse mês. Dessa vez parece que  
324 não haverá piquete, mas atividades em frente ao prédio para fazer dessa paralisação uma  
325 mobilização.”. Com a palavra, o funcionário João Carlos Borghi Nascimento Bruder disse: “A  
326 paralisação nacional, sobretudo contra o PL4330 das terceirizações e as MPs 664 e 665 que  
327 retiram corte de direitos trabalhistas, seguro desemprego etc.”. Com a palavra, o Senhor Diretor  
328 disse: “Eu queria aproveitar para falar que recebi uma nota do CAELL a respeito de uma festa  
329 *Letras Horror Show*, realizada dia trinta e um de outubro de dois mil e catorze e não foi  
330 autorizada. Há um relato que houve um conflito entre os alunos presentes e um coletivo. Lerei  
331 um pedaço: “*durante a festa a fantasia, três membros gays do CA estavam fantasiados de*  
332 *Seilor Moon, personagens femininas de um desenho animado japonês e foram abordados por*  
333 *membros do coletivo trans que exigiram que tirassem suas fantasias ali mesmo no meio da*  
334 *festa, na barraca de cerveja, que contava com três membros em questão e mais uma mulher do*  
335 *CA que foi embora assustada, alegando que estariam debochando da condição de mulheres*  
336 *trans. Os três o fizeram, saindo apenas de cueca pela festa para se trocarem dentro do*  
337 *prédio”.*

338 Então há um relato e, pelo que eu soube, o coletivo chamou a polícia militar para  
339 resolver o conflito e a polícia militar veio. Então eu estou entendendo que daqui para frente  
340 estamos autorizados a chamar a polícia militar aqui para dentro do prédio da Filosofia.”. Com a  
palavra, o R.D. Daniel de Almeida Torres de Brito disse: “Não me sinto municiado o suficiente

## A T A S

341 para dar algum parecer referente a isso, mas acho o assunto de extrema importância e hoje  
342 mesmo entrarei em contato com o CAELL, para se for necessário trazer um esclarecimento  
343 melhor na próxima reunião.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “O esclarecimento está  
344 aqui. Por favor leiam porque é muito grave.”. PALAVRA ABERTA AOS MEMBROS DA  
345 CONGREGAÇÃO. Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: “Boa tarde a todos.  
346 Tenho dois assuntos, mas serei muito breve. Inicialmente peço licença à congregação para ler  
347 uma moção de apoio que o Departamento de Filosofia decidiu fazer em sua ultima reunião:  
348 *Com base em decisão tomada em sua Reunião Ordinária de 15 de maio último, o*  
349 *Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da*  
350 *Universidade de São Paulo (USP) vem a público manifestar seu apoio à solicitação do Grupo*  
351 *de Pesquisa Michel Foucault, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, para*  
352 *que seja reconsiderada, pelo Conselho Superior da Fundação São Paulo, sua decisão de vetar*  
353 *a criação da Cátedra “Michel Foucault e a filosofia do presente” .Essa prestigiosa Instituição*  
354 *de Ensino Superior possui um bem conhecido histórico de resistência à repressão e de defesa*  
355 *das liberdades, sobretudo a liberdade acadêmica, histórico particularmente ainda vivo na*  
356 *memória de quantos viveram os difíceis anos da ditadura militar, aí incluídos docentes deste*  
357 *Departamento de Filosofia. E é em nome dessa tradição notável que o mesmo Departamento*  
358 *externa aqui seu apoio aos integrantes do Grupo de Pesquisa Michel Foucault, para que o*  
359 *Conselho repense sua decisão.* Há um abaixo assinado na internet que podemos fornecer para  
360 quem quiser dar seu apoio.”. O segundo caso é que estou encarregado de comunicar à  
361 congregação a preocupação de vários docentes do departamento sobre os últimos pareceres da  
362 CERT, inclusive sem prejuízo da formação da comissão que já está sendo elaborada e sem  
363 querer atropelar o trabalho dessa comissão, sobre a possibilidade da congregação de convidar o  
364 presidente em CERT para esclarecer os critérios adotados, pois, pelo que sabemos, ela  
365 informou a alguns professores que está reformulando certos critérios e enquanto isso, parece  
366 estar adotando outros critérios. Isso cria uma situação bastante difícil e estamos todos muito  
367 preocupados com esse procedimento e uma sugestão que o departamento me pediu pra fazer é  
368 que a congregação peça esclarecimentos para a CERT sobre quais são os critérios que estão  
369 sendo adotados, pelo menos até o final do ano.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu  
370 posso entender que essa congregação aprova o convite do professor Nunes para nos dar um  
371 parecer a esse respeito.”. Com a palavra, a Profa. Gloria da Anunciação Alves disse: “Eu queria  
372 reforçar o que está acontecendo em relação à CERT no seguinte sentido, hoje terá na ordem do  
373 dia o GTs e aparentemente o que a CERT está fazendo é, antes de discutirmos a proposta para a  
374 gente debater, ela já está aplicando os critérios. Dentro do meu departamento uma professora

## A T A S

375 escreveu sugerindo tirar o RDIDP dela. E isso é muito grave porque estamos falando de  
376 pessoas que estão nas três atividades que é a extensão, a parte de pesquisa e ensino, inclusive  
377 fazendo parte de comissões de grande porte, como, por exemplo, a antiga comissão de ensino,  
378 as COCs. E aparece como se nada acontecesse. Cheguei a ver um dos pareceres e a impressão  
379 que tive é que não foi lido, simplesmente pegaram o currículo Lattes da pessoa, olharam no  
380 final e viram quantas publicações internacionais tinham, se não tivesse publicações  
381 internacionais, então são cortados e ignoram tudo isso. Qual é o problema no final. Corremos o  
382 risco, daqui para frente, das pessoas olharem para o próprio umbigo e não fazerem nada,  
383 cuidarem do próprio artigo. Então o parecer do conselho foi negligenciado, sequer foi olhado  
384 porque, aparentemente, não tem nenhuma importância. E que eu saiba, a CERT deveria, no  
385 mínimo, levar em consideração o que nos departamentos dizem os professores. Lembrando que  
386 no meu departamento, um professor a pedido do departamento teve seu RDIDP retirado.”. Com  
387 a palavra, o Prof. Álvaro Faleiros disse: “Gostaria de reforçar o que foi dito em relação à  
388 CERT, também temos dois casos recentes no DLM, de dois professores que também fazem  
389 parte da licenciatura, que foram muito atuantes, foram fundamentais para que conseguíssemos  
390 o reconhecimento de nossos diplomas e que tiveram agora seus RDIDPs prolongados por dois  
391 anos por causa disso e contrariamente a todos os pareceres que produzimos, pois são colegas  
392 considerados altamente relevantes e atuantes, tanto na pesquisa quanto na docência e também  
393 na atividade administrativa dentro da universidade.”. Com a palavra, o Prof. Oswaldo Luis  
394 Angel Coggiola disse: “Quero me pronunciar em relação a três assuntos que foram abordados  
395 nos informes iniciais. Em primeiro lugar, a questão da CERT como evidenciam todos os  
396 testemunhos que foram dados, está se tornando novamente grave. Sendo que nós temos um  
397 processo de avaliação institucional que foi muito criticado aqui, que nasceu originalmente  
398 como uma maneira de evitar os problemas que tinham acontecido com a CERT na década de  
399 noventa. Este processo de avaliação institucional é extremamente complexo, dá muito trabalho  
400 e custa muito dinheiro. Recebemos todos os nomes dos trabalhadores externos, dois seriam de  
401 outros países e outros de outras universidades. Ou seja, está se fazendo um esforço enorme para  
402 que haja uma avaliação digna. Tivemos uma sessão do CTA especificamente referida a esse  
403 assunto, com a presença de autoridades da USP etc. E em contraposição a isso, o objetivo da  
404 avaliação institucional é que a avaliação central feita pela USP na atividade de seus  
405 departamentos seja feita de maneira institucional. E que a atividade individual ficasse aos  
406 cuidados da vigilância do próprio departamento. Por exemplo, no departamento, quando algum  
407 docente não cumpre a carga horária estipulada, a plenária concede ao departamento chamar  
408 atenção ou qualquer outra coisa. Agora está se invertendo o processo novamente. Não só temos

## A T A S

409 uma avaliação institucional extremamente complexa, um relatório a ser entregue em português  
410 e inglês e etc., como ainda por cima cada docente tem que responder coisas como retirada do  
411 RDIDP que significa que a pessoa fica com setenta e cinco por cento do seu salário cortado.  
412 Todo mundo pode imaginar o que seria um corte súbito dessa porcentagem no seu salário. Na  
413 década de noventa, quando a CERT teve todos esses poderes, teve gente que, afetadas por essas  
414 medidas, decidiram renunciar à USP, se demitir, pois a situação era dramática. Corremos o  
415 risco de voltar numa situação que se instaura um clima de terror dentro da USP devido a  
416 existência da CERT e seus critérios. Portanto, a moção que aprovamos de citarmos que a CERT  
417 venha aqui se explicar, é muito importante que isso seja feito. Com relação aos outros dois  
418 assuntos que quero me referir, são os seguintes, me parecem os mais graves de todos. Em  
419 relação aos salários, quero informar que a ADUSP tomou conhecimento da oferta do CRUESP  
420 e do CO e decidiu colocar na mesa de discussões da próxima reunião de negociação que vai ter,  
421 uma contraproposta de oito ponto trinta e cinco por cento que é o índice do DIEESE que é  
422 considerado o mais fiel ao custo de vida e isso está pautado para a próxima discussão do  
423 CRUESP. Em relação ao episódio que já considerava superado do congresso dos funcionários,  
424 quero deixar um comentário pessoal. O que propor aparentemente é questão de quem tem o  
425 poder para organizar o quê. O congresso dos funcionários não havia sido organizado há cinco  
426 anos. Eu considero que a Procuradoria Geral está aí para assessorar juridicamente o diretor,  
427 chefes de departamento, sobre qualquer assunto, mas considero que essas questões são de  
428 natureza evidentemente política. O Diretor é um cargo político, a procuradoria geral não é um  
429 cargo político, a procuradoria geral não é eleita, o Diretor é que é eleito. Portanto acho que o  
430 Diretor tem todas as condições para tomar decisões sobre a vida na universidade. Então,  
431 portanto, não acho que seja uma questão de Procuradoria Jurídica, pois questões como  
432 atividade sindical são da órbita da diretoria e ponto. O acesso à procuradoria jurídica deve ser  
433 feito somente se haja um conflito em incompatibilidade de posições, se não, basta autonomia da  
434 diretoria, para isso a elegemos. A respeito de chamar ou não chamar a polícia militar, espero  
435 que não seja um hábito. A última experiência que tivemos aqui foi trágica. Outra vez tive que  
436 me explicar com os alunos, me colocaram a questão de, como chefe de departamento, se eu  
437 chamaria a polícia. O problema é que acho que não seja uma boa política chamar PM para  
438 resolver conflitos internos da faculdade. Em segundo lugar, deve ficar claro que a PM é uma  
439 instituição da sociedade e pode ser chamada por qualquer um. Acho que temos que tentar  
440 resolver os conflitos entre nós como gente civilizada, não recorrer à polícia que quando  
441 estiveram aqui, causaram situações constrangedoras.”. Com a palavra, Profa. Marli Quadros  
442 Leite disse: “Volto à questão da CERT para dizer que tivemos dois casos no DLCV. Um caso

## A T A S

443 de prorrogação do relatório do tempo probatório e o outro caso é também de uma professora  
444 que teve uma recomendação de diminuição do tempo, mas estamos trabalhando na  
445 argumentação para justificar a atuação da professora. Pareceu que o parecerista não leu o  
446 processo da docente. Tive essa impressão. Parece que ele se ateve apenas à publicação de  
447 artigos. E parece que os casos se repetiram em todos os departamentos.”. Com a palavra, o  
448 Prof. Rodrigo Monteferrante Ricupero disse: “Em relação ao problema da CERT, li também o  
449 parecer de um colega da Geografia que teve um relatório negado e o parecer dizia o seguinte:  
450 *tal obra parece ser um livro didático*, como se fosse um problema fazer um livro didático,  
451 como se o livro didático não fosse mais difícil que um artigo, como se o livro didático não  
452 fosse a coisa mais importante que poderíamos fazer. É uma vergonha que o parecer da CERT  
453 diga, como forma de desprezar o trabalho do colega, *parece que é didático*. Isso para não falar  
454 outras coisas do referido parecer. Julga-se de passagem que a CERT julga com critérios  
455 absolutamente desconhecidos ou nebulosos ou, no mínimo, da cabeça do parecerista. Eu queria  
456 saber onde está escrito na universidade que o professor será julgado em RDIDP porque tem  
457 artigo em artigo, porque tem artigo em A1, artigo internacional. A publicação é o único critério  
458 para saber se o sujeito deve ficar em RDIDP. Então o julgamento é feito de forma  
459 circunstancial. Então isso tem que ficar claro. Dia vinte e nove vai haver uma paralização  
460 nacional em relação ao problema da terceirização. Sinceramente parece que isso não nos atinge,  
461 mas nos atinge sim, pois a política que está sendo proposta para os professores é a terceirização  
462 dos professores, ou algo parecido. Ter professores absolutamente descartáveis, isso é  
463 terceirização. O sujeito fica um ou dois anos e depois arruma outra coisa, ou fica aqui como  
464 uma espécie de *bico* como tantos outros. Então parece que, de fato, a universidade quer entrar  
465 em sintonia com a agenda do congresso. Por fim, sobre o episódio do congresso, é preciso  
466 tomar cuidado pois é o seguinte: tenho impressão que se a gente pedisse liberação para quatro,  
467 cinco professores para o congresso do ANDES, isso passaria sem nenhuma discussão. Então  
468 acho que por questão de igualdade, da mesma forma que liberaríamos os professores para o  
469 congresso, deveríamos liberar os funcionários para o congresso sindical deles.”. Com a palavra,  
470 o Senhor Diretor disse: “O senhor tem toda razão, mas qualquer liberação de professor tem  
471 regras muito claras. Tem que fazer o pedido individual, tem prazo para se fazer. Essa é a  
472 questão. Eu não tenho nenhum problema de participar do congresso. Os alunos estão me  
473 pedindo apoio para ir ao congresso da UNE, estou fazendo todo o empenho aqui para  
474 viabilizar. O problema é o procedimento. Se não for assim, eu fico uma semana fora pois isso  
475 eu resolvi e não peço licença, não comunico ninguém. Então certas formalidades são essenciais  
476 para a vida democrática.”. Com a palavra, a Profa. Valeria de Marco disse: “Eu só queria falar

## A T A S

477 sobre a questão da CERT. No meu departamento sugeri e acho que precisa ser uma prática para  
478 os demais departamentos que tem processos que retornam e os departamentos têm que voltar a  
479 justificar, que o departamento faça constar que a decisão da CERT não respeitou a decisão do  
480 departamento porque o modo que o processo tramita é um modo que faz com que a chefia do  
481 departamento se omita e o departamento se omita, porque volta só ao interessado tomar ciência.  
482 Então uma forma importante é que se marque no processo que há uma discordância entre a  
483 CERT e o departamento. Porque até a gente conseguir reverter essas coisas, os processos estão  
484 circulando e precisa ter documentação que isso está acontecendo.”. Com a palavra, o Senhor  
485 Diretor disse: “Encerro essa parte do expediente, mas faço breves comunicados. O primeiro  
486 deles é que recebi na Comissão de Segurança e Qualidade de Vida do prédio da História e  
487 Geografia, uma relação bem detalhada dos problemas do prédio e quero, desde já, agradecer a  
488 comissão que fez um trabalho excelente, e que nós estamos tomando esse assunto com  
489 seriedade, inclusive essa próxima semana haverá uma reunião da comissão de distribuição de  
490 recursos da verba de contingência da diretoria, nós vamos considerar maior possibilidade de  
491 atender. Algumas medidas imediatas já estão em andamento, as outras exigirão reformas e  
492 intervenção da SEF, mas acho que aqui já tem um panorama bom para tomar o fio da meada. A  
493 outra questão é a respeito de um levantamento a pedido do Prof. Brasília Sallum sobre o que  
494 acontecerá com o quadro de docentes nos próximos cinco anos. O cenário nosso é muito  
495 preocupante. Vou entrar na pauta e já declaro aberta a votação eletrônica e nosso primeiro  
496 assunto é justamente os critérios para distribuição de cargo para professor titular. Há um  
497 documento e esse documento foi elaborado por uma comissão. Eu pediria para que o Prof.  
498 Brasília faça uma exposição e que ele possa falar sobre o quadro que mostra o nosso cenário.  
499 Quero dizer a esta congregação que já anunciei este tema no CO e provavelmente na próxima  
500 reunião do CO vamos ver esse quadro mais detalhado.”. **II - ORDEM DO DIA. 1 -**  
501 **QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1 - CRITÉRIOS PARA**  
502 **DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS DE PROFESSOR TITULAR – 2015.** Com a palavra,  
503 o Prof. Brasília João Sallum Junior disse: “Boa tarde. A comissão cuidou de estabelecer  
504 critérios para distribuição de cargo titular, se reuniu e tentou examinar o padrão de distribuição  
505 de professores titulares na USP e na faculdade. Vocês veem pelo texto, o item A, há uma  
506 enorme disparidade entre o padrão que existe na USP que é de treze por cento de relação  
507 professor titular docente em relação ao que é desejável para a USP, que é de vinte e quatro por  
508 cento. Então temos treze para cada cem docentes. E a média hoje da USP é de doze vírgula  
509 quatro. Então há uma enorme diferença entre a relação titular docente na faculdade de filosofia  
510 e no resto da universidade. Em função disso, pedimos à direção que se esforce no sentido de

## A T A S

511 alterar esse padrão para que nós possamos absorver mais cargos titulares. Aí existe um critério  
512 que fixamos que novos cargos de titulares sejam distribuídos conforme a relação de tempo  
513 integral e tempo parcial. Então achamos que se seja razoável que seja titular e use o nome USP  
514 para que suas consultas sejam valorizadas e observando os cargos que poderiam estar melhor  
515 utilizados em faculdades que a dedicação integral é maior. Isso em relação à unidade, em  
516 relação à USP. Depois nós tentamos examinar a divisão de cargos titulares no interior da  
517 Faculdade de Filosofia. Chegamos a conclusão de que não há nenhum departamento na  
518 Faculdade de Filosofia que tenha mais titulares por docentes do que o desejável em uma  
519 universidade, mas ainda assim há uma enorme disparidade no departamento. Em função disso,  
520 a comissão decidiu que, na medida que todos os departamentos estão abaixo na relação titular e  
521 docente, nós decidimos, primeiro, que sejam mantidos os cargos já existentes no departamento  
522 e, segundo, nós fixamos um critério para essa manutenção. Caso o departamento queira manter  
523 um cargo e não tiver mais de dois livres docentes por titular, esse cargo não pode ser mantido.  
524 Se os cargos adicionais, recebidos pela unidade ou nela vacantes, serão distribuídos  
525 prioritariamente aqueles departamentos cuja relação entre titulares e docentes seja menor que o  
526 da universidade. Como a relação da universidade é de vinte titulares para cem docentes, todos  
527 os departamentos da faculdade, só existe dois departamentos que estão na média que são o de  
528 Sociologia e o de Ciência Política, terão prioridade na distribuição de cargos titulares. Depois  
529 acrescentamos outro conjunto de itens e regras que podem ser consideradas no processo de  
530 distribuição desses cargos. Então tem do C ao H todas as condições e orientações dadas pelos  
531 departamentos que se reuniram e mandaram para nós. Que seja levada em conta a relação entre  
532 os professores de cada departamento e as disciplinas de graduação ministradas tanto nos cursos  
533 internos quanto nos cursos para fora. Que seja levada em conta a qualidade da pós graduação, a  
534 orientação de alunos etc. e que seja levado em conta a cooperação internacional de pós  
535 graduação e pesquisa. Enfim, são todas, basicamente, diretrizes que os departamentos enviaram  
536 e que nós discutimos e concordamos com isso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:  
537 “Podemos considerar aprovados?”. Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: “Eu  
538 gostaria destacar como algo positivo que nessa ordem de prioridades, leve-se em conta  
539 inicialmente a relação de professores do departamento, disciplinas de graduação, somente  
540 depois que se faça referência a pós graduação. Eu acredito que seria interessante que  
541 incluíssemos alguma referência a qualidade da graduação .Embora não haja uma avaliação  
542 objetiva, como no caso da pós graduação, seria importante que sinalizássemos aí, porque tem a  
543 ver com o perfil da faculdade que é diferente de outras faculdades. Titulares em muitas  
544 unidades passam longe da graduação, isso não é característica dos nossos cursos. Não sei se é

## A T A S

545 possível, mas seria interessante pensar se não há como incluir aí um item mais forte no sentido  
546 de fazer referência à graduação, não apenas no ponto de vista da relação quantitativa entre  
547 professores e disciplinas, mas algum aspecto qualitativo embora eu reconheça que não é fácil  
548 ter medidores nesse ponto.”. Com a palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: “Esses  
549 itens do A até o H dizem respeito à distribuição interna. No que se refere à relação externa com  
550 a universidade, a gente absorveu uma sugestão do Departamento de História no sentido de  
551 propor que seja levada em conta a relação do professor RDIDP e professor parcial porque é  
552 difícil para a gente achar esses índices. O RDIDP e tempo parcial é uma coisa que é possível  
553 achar um índice qualquer e argumentar com a universidade que temos uma relação de  
554 dedicação integral que colocamos nos itens acima.”. Com a palavra, o Prof. Rodrigo  
555 Monteferrante Ricupero disse: “Acho a proposta muito interessante, mas tenho impressão que o  
556 texto me deixou em dúvida. Teríamos que deixar de uma forma mais clara no item B, por  
557 exemplo. E no item E, F, G e H. Creio que além do critério da divisão entre os departamentos,  
558 seria levado em conta também outros itens. Se pegar, por exemplo, o item H, *que seja levado*  
559 *em conta a cooperação internacional de pós graduação e pesquisa*, tenho medo que essa  
560 formulação seja tão genérica que, ou possa ser inócua ou possa ser levada, eventualmente, para  
561 defender qualquer coisa no final, pois é muito aberta. Acho que o critério que seria a igualdade  
562 do índice, começando pelos mais baixos, é um critério objetivo e estatístico e evitaria uma  
563 polemica sobre o que é exatamente a cooperação internacional de pesquisa.”. Com a palavra, o  
564 Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: “Você tem toda razão. A partir do momento em que  
565 tivermos cargos novos, teremos que ter uma comissão que vai sugerir para congregação a  
566 distribuição argumentando. A gente só colocou questões que a comissão teria que usar.  
567 Podemos até fazer uma definição de hierarquia. Se vocês quiserem que coloquemos em ordem  
568 numérica, mas é que certos departamentos enfatizam a questão da cooperação internacional,  
569 outros nem tanto. Então é muito difícil estabelecer diretrizes gerais tão rígidas a ponto que a  
570 comissão que vai ser designada não tenha latitude para resolver.”. Com a palavra, o Prof.  
571 Álvaro Faleiros disse: “Nós temos um caso no DLM recente de dois pedidos de cargos titulares  
572 que tínhamos e foram indeferidos. Pedimos duas vezes e a CAA entrou com uma série de  
573 argumentos como bolsa produtividade e coisas do gênero. Então eu não sei como a  
574 congregação vai se colocar diante desse tipo de caso, da manutenção de cargos que perdemos  
575 recentemente.”. Com a palavra, a Profa. Maria Cristina Altman disse: “O único critério  
576 utilizado para negar a manutenção dos cargos decorrentes de aposentadoria foi o número de  
577 bolsas de produtividade de livres docentes do departamento.”. Com a palavra, o Prof. Álvaro  
578 Faleiros disse: “Eles fizeram o resumo do discurso da reunião plenária da CAA de fevereiro de

## A T A S

579 dois mil e quinze e foi o seguinte: *foi realizada a discussão entre todos os membros da CAA*  
580 *após leitura com parecer e convergência de opiniões que os dados da avaliação dos*  
581 *programas da pós graduação são preocupantes, assim como a percepção da comunidade*  
582 *científica externa em relação aos professores associados, avaliada pelo baixo número de*  
583 *bolsas de produtividade do CNPQ, portanto o parecer final foi contrário a manutenção do*  
584 *cargo do Prof. Titular vago por aposentadoria, assim como a destituição do novo cargo.”.*  
585 Com a apalavra, a Profa. Maria Cristina Altman disse: “Exatamente isso que eu quis dizer com  
586 diretrizes. O primeiro critério que essa comissão decidiu recusar foi esse. Não só porque muitos  
587 de nós tivemos aceitado o pedido de bolsa, mas não há bolsa, como muitos de nós, por opção  
588 pessoal preferimos não ter. Definitivamente esse não deva ser um critério e talvez seja o caso  
589 de argumentarmos nessa direção.”. Com a palavra, a Assistente Acadêmica Rosangela Duarte  
590 Vicente disse: Para as unidades que têm o número de titulares abaixo da média USP, que é o  
591 caso da FFLCH, após aprovação dos critérios pela CAA, todos os pedidos de manutenção  
592 serão apreciados por esse colegiado, não mais pela CAA. A não ser cargos novos, quando a  
593 CAA em algum momento, pedir que a unidade se manifeste pedindo novos cargos, enquanto  
594 isso não acontecer, todos os pedidos de manutenção serão apreciados pela congregação e  
595 aplicados os critérios que estão sendo discutidos aqui.”. Com a palavra, a Profa. Valeria de  
596 Marco disse: “Quero fazer uma observação, pois talvez seja o caso que tenhamos um interregno  
597 em que os critérios das faculdades possam valer. Cheguei a ver a distribuição geral da USP e de  
598 novo a FFLCH é a que tem menos cargos de titular em relação ao seu corpo docente. Digo de  
599 novo pois houve uma época em que foram aprovados certos critérios gerais e dois momentos só  
600 no ano para pedidos de cargos. Então todas as unidades recebiam ao mesmo tempo e nossa  
601 faculdade tinha decidido repassar e validou aqueles critérios que estavam vigentes. Isso entrou  
602 em desuso na gestão do Prof. Rodas quando não houve mais periodicidade para atribuir cargos  
603 ao professor titular. Então talvez tenhamos aí um interregno e é importante que a faculdade  
604 resgate essa história para ter força nesse pedido para CAA porque o último critério público  
605 aceito pelo CO inteiro foi aquele, acho que na gestão da Sueli, que era um critério transparente  
606 que deu muita confusão na universidade pois naquele momento a nossa faculdade recebeu um  
607 número enorme de cargos e a medicina também, só que a medicina devolveu pois eles querem  
608 um titular para cada cátedra. Então nós temos um vácuo de critérios aí. Espero que possamos  
609 garantir que com esse vácuo que a faculdade seja apreciada. Eu tive acesso por outros colegas  
610 de várias unidades que já enviaram para a secretaria geral os novos critérios e é espantoso, os  
611 documentos que vi não tive paciência para olhar com detalhes, mas há equações para avaliar  
612 impacto das publicações, há numerologia para tudo, menos para ensino de graduação .Então

## A T A S

613 acho que seria interessante que na hora em que divulgarem a pauta, a documentação anexa, a  
614 reunião do CO que for deliberar sobre isso, que a gente divulgasse a todos os professores da  
615 universidade para que a gente veja o que é a cabeça dos nossos colegas hoje, porque foram  
616 todos documentos aprovados em congregações nessa faculdade. É um cenário de horror. Então  
617 acho muito importante que a gente aponte critérios gerais e defenda que são critérios gerais e  
618 porque são critérios gerais, porque o cenário que vem para os jovens que estão aqui, doutores  
619 ou livre docentes, o próximo cenário é majoritariamente nessa universidade um circo de  
620 horrores.”. Com a palavra, o Roberto Bolzani Filho disse: “Acho que a Rosângela deu um  
621 esclarecimento fundamental que nos ajuda a aprovar esses critérios que são destinados às vagas  
622 de manutenção, isso é para os internos. Por outro lado, esses critérios, se pensados como  
623 sugestões nossas para futuras distribuições de novos salários, eles seriam claramente ineficazes.  
624 Me parece que no futuro, teremos que repensar esses critérios, até levando em conta esses  
625 problemas que a Cristina observou. Muita gente não tem bolsa IPQ porque acham que não  
626 precisa e o fato de não ter a bolsa IPQ não é demérito necessariamente, não conhecemos os  
627 critérios de concessão dessas bolsas, o país vive um momento de penúria e muita gente que tem  
628 trabalhos bons não consegue bolsas. Então são critérios que, com razão, foram criticados pela  
629 comissão irresponsável. Estamos diante de um quadro que é suficientemente amplo que nos vai  
630 obrigar a pensar um pouco em critérios tanto em relação com a CERT, pois o problema nosso  
631 com a CERT é o mesmo problema que teremos no futuro quando precisarmos pedir cargos  
632 novos. Os critérios são estabelecidos por áreas do conhecimento que estão completamente fora  
633 do que caracteriza o nosso trabalho. Isso desde que a USP é USP, mas está ganhando um peso  
634 dramático. Então acho que esses critérios para nossas vagas de manutenção me parecem  
635 extremamente eficazes, abertos, mas parece que teremos, pensando nesse interregno que vai  
636 aparecer, na próxima rodada de concessão de cargos novos, teremos que fazer outro trabalho e  
637 outra reflexão que vai ser feita em conjunto à reflexão dos critérios da CERT, ou seja, o que  
638 nós proporemos à CERT dizendo que não podemos aceitar isso e queremos que nossos  
639 professores sejam avaliados levando em conta isso, nós teremos que fazer aqui. Pois é o mesmo  
640 problema, ainda que se manifeste de maneiras diferentes. Há muita dificuldade de compreender  
641 o que nós achamos ser relevante.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo  
642 disse: “Não ouvi o relato que o Prof. Sergio fez sobre a discussão que o CO fez a respeito dessa  
643 questão. Esse assunto, pelo que senti no CO, não é um ponto pacífico, houve até discordância a  
644 respeito de alguns critérios, objeto de votação etc. Mas é claro que o cargo do professor titular  
645 deva estar ligado ao critério de liderança intelectual acadêmica. De todos os cargos da carreira,  
646 pode ser que venhamos a modificar, o cargo de titular é o cargo mais institucional que existe

## A T A S

647 nos estatutos. Significa que a USP no estatuto elaborou uma concepção em que a liderança  
648 intelectual tem que ser aproveitada pela universidade pela ideia que o cargo de titular signifique  
649 um engajamento profundo institucional do ocupante do cargo com a universidade. O relato que  
650 o Prof. Brasília fez de várias escolas em que se tem cargo de titular em que o professor não  
651 ocupa o regime de dedicação integral é muito grave, pois não é só um problema de dedicação, o  
652 problema é que os estatutos já preveem que o ocupante desse cargo tenha um compromisso  
653 com a universidade, com a vida coletiva da universidade. Ou seja, o cargo titular não é um  
654 prêmio apenas que o sujeito recebe sem que esteja articulado a uma expectativa sobre o que ele  
655 vai fazer no futuro e isso acontece em muitos lugares. Na verdade, se dá um prêmio e assim o  
656 sujeito pode utilizar para outros propósitos que não o esperado. Nesse sentido, acho que seria  
657 importante para nós, na nossa faculdade, dizer claramente que os critérios intelectuais  
658 acadêmicos são condições necessárias, não suficiente, pois nós esperamos que o ocupante desse  
659 cargo tenha um compromisso profissional profundo com a universidade, significa que ele tem  
660 que provar que essa expectativa de engajamento vai acontecer. Porque isso não acontece só nas  
661 escolas profissionais. A gente sabe que muitas vezes, por ser considerado prêmio, o cargo  
662 titular é um concurso e isso às vezes é sinalizado como alforria institucional, ao contrário de  
663 compromisso. Então acho que seria interessante em algum ponto, mas nessa formulação, é  
664 necessária a liderança acadêmica, mas isso tem que ser complementado. Ao menos que no  
665 estatuto isso seja mudado, mas sendo dessa maneira, esse é um ponto que não pode ser  
666 esquecido no debate sobre critérios.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Em primeiro  
667 lugar, gostaria de parabenizar a comissão pelo tempo recorde que conseguiu preparar esses  
668 critérios. Em segundo lugar, acho que o critério fundamental aqui é o da manutenção do cargo  
669 no departamento. Os demais critérios são complementares quando não houver professores  
670 titulares associados em número suficiente, então essa vaga possa ser realocada. Eu entenderia o  
671 seguinte, não acho que esses critérios devam ser acumulativos, acho que esses critérios devam  
672 ser combinatórios. O departamento pode ter um conjunto de professores que é muito forte no  
673 atendimento de algumas exigências. Por exemplo: pode ser que não tenha um número grande  
674 de bolsas, mas se tem a pesquisa de qualidade que circula, é referenciada, os livros são  
675 requeridos etc. O que vai prevalecer aqui não é o preenchimento formal das exigências, mas é o  
676 quanto esses critérios possam dar uma visão clara da relevância, da importância, qualidade,  
677 impacto desse conjunto de docentes que torne justo a manutenção dessas vagas. Acho que essa  
678 é maneira que teríamos que pensar. Acho que temos que considerar que departamentos, cursos,  
679 pós-graduação, têm singularidades e essas singularidades devem ser consideradas e nem  
680 sempre tem que ser consideradas comparativamente. Por exemplo, um programa de

## A T A S

681 determinada área cai de seis para cinco, mas é o melhor cinco do país e isso tem que ser  
682 considerado. Nós sabemos que os programas tem uma história e essas histórias são cíclicas. Eu  
683 acho que deveríamos aprovar o encaminhamento com o espírito de que são diretrizes e se o  
684 departamento não preenche bem nenhuma delas, aí é um indicativo do que está acontecendo no  
685 departamento, mas temos que avaliar isso. Se não ficamos com a sensação de que o  
686 departamento é uma espécie de competição atlética, quanto mais se preenche os requisitos,  
687 melhor se é e isso eu não acho que seja uma boa política. Acho que uma boa política é ver  
688 quais são os pontos fortes e como esses pontos são aspectos que somam ao trabalho do  
689 departamento. Enfim, é isso que eu gostaria de comentar. Se não vamos ficar com a sensação  
690 de que os critérios são excludentes e ninguém é capaz de atender a todos eles.”. Com a palavra,  
691 o Prof. Álvaro Faleiros disse: “Gostaria de fazer uma sugestão. Que seja feita alguma menção à  
692 extensão. Que de alguma forma seja também contemplada.”. Com a palavra, o Prof. Oswaldo  
693 Luis Angel Coggiola disse: “Duas questões. Uma diz respeito à distribuição de cargos de  
694 professor titular no interior da USP. A outra diz respeito à distribuição dos cargos da FFLCH e  
695 do departamento. O documento procurou dar conta de ambas questões. A situação objetiva é  
696 que a CAA abriu uma fresta para debatermos a questão, fez com base em um documento que  
697 era a primeira vez que eu o via, um documento recente, citavam dados de dois mil e catorze.  
698 Esses dados indicavam, por exemplo, o seguinte: na USP, como um todo, vinte ponto quatro  
699 por cento dos docentes são professores titulares. Na FFLCH, treze ponto três por cento dos  
700 professores são titulares. Estamos muito abaixo da média da USP. Fizemos as contas e o  
701 documento estabelece um objetivo de um ponto dois por cento superior ao que existe  
702 atualmente. Pelas nossas contas, dava mais ou menos vinte e quatro ponto cinco dos docentes  
703 deveriam ser professores titulares no âmbito de toda USP. Isso significa para FFLCH que  
704 deveríamos ter quinze cargos novos para entrarmos na média da USP, incluso os cargos de  
705 manutenção, trinta e três professores titulares no âmbito da FFLCH. Em segundo lugar, a  
706 questão de termos solicitados que a USP e a FFLCH atinja esse objetivo e que sejam  
707 distribuídos em cargos futuros. Podemos imaginar o seguinte: se nós somos a faculdade com o  
708 maior número de docentes de toda a USP estamos tão abaixo da média, isso só pode ter um  
709 contrapeso do outro lado. Ou seja, há institutos que estão bem acima da média. Eu imagino que  
710 haja institutos dentro da USP que tenha cinquenta por cento de professores titulares, não vinte  
711 ou vinte e quatro. E nós puxamos a média para baixo porque temos poucos professores titulares  
712 e somos, do ponto de vista de números de docentes, mais numerosos. Aí temos uma questão de  
713 critérios. Já foi elaborado modelos matemáticos, mas são fetiches, pois muitas vezes esses  
714 modelos não servem para nada. Qualquer um que tenha uma formação pode ver que está

## A T A S

715 completamente errada. O que importa são os critérios com os quais você as elabora. Nós  
716 preferimos privilegiar a questão da relação entre o número de professores titulares e professores  
717 em tempo integral. Como foi dito aqui por várias pessoas, isso significa um índice de  
718 compromisso institucional que é a primeira coisa que se pede de um professor titular. Não que  
719 seja um critério que nos favoreça, mas nos favorece porque nosso percentual de docentes em  
720 tempo integral em RDIDP é superior a maioria da USP. Temos que defender esse critério.  
721 Outra coisa que não está escrito em lugar algum porque os critérios de distribuição de bolsas de  
722 pesquisa pelo CNPQ são políticos, pois correspondem às regiões que tem menos recursos à  
723 pesquisa localmente. O CNPQ reforça que a USP não precisa pois já tem a FAPESP. Dizem  
724 que o CNPQ deve favorecer o nordeste ou estados mais pobres da federação. Eu digo que  
725 possa ser, mas que não se use como índice de excelência a pesquisa, quando se trata de um  
726 critério que tem um caráter político subjetivo e que não serve para medir na medida que seja  
727 essa um dos critérios para distribuição do CNPQ. A segunda questão tem a ver com a CERT é a  
728 famosa questão dos artigos, impacto e tudo mais, pois estão utilizando o mesmo fator para  
729 comparar alhos com bugalhos. Tenho visto artigos que tem mais de vinte autores, três páginas  
730 com mais de vinte autores. No nosso caso isso é completamente diferente. Isso é objeto de um  
731 questionamento por parte das áreas científicas de nível internacional. Então, portanto, na nossa  
732 área esse problema não temos, mas que não se aplique o critério deles para medir a  
733 produtividade de todo mundo. Isso vale para os professores titulares e para a CERT. Temos que  
734 questionar esses critérios. Há um debate sobre atribuição de cargos de professores titulares e  
735 nós temos que fazer valer nossa opinião sem termos vergonha. No espaço público, temos uma  
736 voz muito mais presente que as outras áreas para a discussão de todos os problemas políticos no  
737 Brasil e até para discussão da universidade. Quando há um conflito dentro da universidade, os  
738 mais requisitados são os professores da FFLCH.”. Com a palavra, o Prof. João Azenha Junior  
739 disse: “Gostaria de saber se os pedidos julgados recentemente pelo CAA poderão ser  
740 reapresentados à congregação, pedidos julgados de dois mil e catorze e dois mil e quinze,  
741 pedidos de manutenção, se poderão ser reapresentados para reconsideração. E gostaria de saber  
742 como vai ser o procedimento interno, uma vez que a congregação vai assumir esse papel. Será  
743 designado um parecerista? A gente vai enviar o pedido de manutenção? Gostaria de um  
744 esclarecimento rápido nesse sentido.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Nós tivemos um  
745 recurso e o recurso não foi aceito. Em princípio, nós podemos fazer um segundo recurso, então  
746 ele sobe para uma instância superior. De modo geral, precisamos avaliar bem, pois algumas  
747 matérias que são de competência da CAA não sofrem julgamento do CO. Se entende que uma  
748 matéria exclusivamente acadêmica e a instância para poder decidir em grau de recurso é a

## A T A S

749 CAA. Então eu precisaria verificar se ainda há possibilidade desse recurso, havendo  
750 possibilidade, claro que nós faremos esse encaminhamento. A segunda questão, acho que o  
751 procedimento a gente discute aqui, mas eu entendo que a instancia que vai discutir é o  
752 departamento e seu conselho, pois tem a congregação e a maior parte das matérias eu distribuo  
753 para um parecerista da congregação para que seja relatado a esse colegiado. Acho que a gente  
754 pode manter esse princípio.”. Com a palavra, Profa. Glória de Anunciação Alvez disse: “Em  
755 relação a questão citada, eu havia entendido que a partir do momento que isso fosse aprovado e  
756 passasse a ser competência da congregação a decisão, talvez não precisa ser feito um recurso  
757 pois ele vai ser apresentado aqui e não mais à instância na reitoria.”. Com a palavra, O Senhor  
758 Diretor disse: “Eu preferiria consultar primeiro o procedimento, pois não sei se o que já foi  
759 julgado pode voltar para instância que enviou.” Com a palavra, a Assistente Técnica  
760 Acadêmica Rosângela Duarte disse: “Acho que cabe solicitar esclarecimento à CAA. Os  
761 pedidos de manutenção que foram negados e assim como outros departamentos tiveram casos  
762 negados, houve recurso e a CAA não o acatou, eles registraram que os cargos foram devolvidos  
763 ao banco de cargos da USP. Então hoje a FFLCH não teria mais esse cargo. Então precisamos  
764 perguntar se a CAA vai devolver esse cargo para nós.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:  
765 “O que precisamos saber é se ainda resta esse recurso. Em princípio, sim, pois na regra  
766 fundamental, se recorre a uma decisão de congregação e depois uma instância superior, com a  
767 decisão da CAA, a gente recorre à CAA, havendo uma negativa, o segundo recurso deveria ser  
768 analisado pelo CO, passa então pela CLR e etc. Mas tem havido uma jurisprudência interna que  
769 matérias exclusivamente acadêmicas, ficam no âmbito do CAA. Mas eu preciso averiguar para  
770 ter uma resposta mais segura. Eu vou submeter à aprovação um encaminhamento pela  
771 aprovação com a sugestão apresentada pelo professor Álvaro Faleiros de incluir um critério de  
772 extensão. Estão de acordo com o critério de extensão?”. Em votação, o item foi **APROVADO**  
773 com **UMA** abstenção. Com a palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: “Gostaria de  
774 chamar atenção para uma questão que acho que é importante para a faculdade e resultou um  
775 pouco do trabalho da comissão. Ao longo de nossas discussões, alguns funcionários da  
776 faculdade fizeram um conjunto de levantamentos sobre a questão de carência de professores na  
777 faculdade, especialmente nós temos um conjunto de aposentadorias que ocorrerão nos  
778 próximos anos que são realmente enormes. Não conseguimos completa precisão no que se  
779 refere às aposentadorias não compulsórias, porque ainda não se conseguiu dados que nos  
780 possam amparar para ter um número preciso. Para vocês terem uma ideia, até dois mil e  
781 dezessete, no fim do mandato do reitor, nós teremos quarenta e três professores dessa unidade  
782 que se aposentarão pela compulsória. Se nós contarmos os professores que tem direito à

## A T A S

783 aposentadoria, teremos números enormes. Então a obtenção de professores, do ponto de vista  
784 de preservação da instituição acadêmica, o número de professores que nós vamos precisar é  
785 enorme, calculo, no mínimo, mais de sessenta professores. Só no meu departamento, teremos  
786 seis professores. Nós tivemos doze aposentadorias não supridas de catorze, nove  
787 aposentadorias até agora de quinze, e daqui em diante, mais vinte e duas, o que dá quarenta e  
788 três. Então é um negócio realmente enorme e eu acho que isso é a prioridade central. Existem  
789 departamentos que não estão conseguindo suprir as necessidades de graduação de seus cursos.  
790 Acho que isso deva ser prioridade para obter, de alguma maneira, uma realocação de recursos.  
791 Um professor doutor gasta, mais ou menos, duzentos mil reais por ano. Então a gente tem que  
792 realocar o orçamento de alguma maneira, obter de alguma forma algum tipo de recurso para  
793 suprir nossas necessidades.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu queria dizer que vou  
794 levar esse assunto à próxima reunião do conselho e dizer que esse assunto já foi mencionado,  
795 na qual um professor manifestou a posição de que não há condições de que a USP aguarde até  
796 dois mil e dezessete para começar a liberar vagas de professor doutor. Terá que ser antecipado  
797 e até o final de dois mil e quinze já se deve ser pensado nisso pois a situação está grave em  
798 muitas unidades. O próximo assunto é em relação ao relatório final do grupo de trabalho das  
799 atividades docentes. Convido o professor Ricardo Terra e professora Esmeralda, membros  
800 desse GT para suas considerações iniciais.”. **1.2 - RELATÓRIO FINAL - GRUPO DE**  
801 **TRABALHO ATIVIDADES DOCENTES.** Com a palavra, o Prof. Ricardo Terra disse:  
802 “Agradeço ao professor pelo convite para fazer essa apresentação inicial do GT de atividade  
803 docente. Não sei quanto tempo eu tenho de fala, mas, de qualquer forma, uma indicação: como  
804 nós estamos na faculdade de Filosofia, pode ser que alguém se interesse pelas discussões e  
805 considerações sociológicas e filosóficas sobre a universidade. A minha posição pessoal está  
806 expressa em um artigo de um volume comemorativo da revista Novos Estudos Cebrap. É o  
807 número cem da revista Cebrap e decidimos que os antigos membros do conselho editorial  
808 fizessem esse número. Então eu publiquei um texto sobre universidade. Não estou aqui para  
809 falar da minha posição, inclusive vou propor para que façamos um colóquio aqui na  
810 universidade. Minha dúvida hoje era se eu faria algum comentário sobre o primeiro documento,  
811 mas então recebi um ofício do Departamento de Antropologia e acho que, em primeiro lugar,  
812 vou responder um pouco as questões do Departamento de Antropologia. São quatro questões e  
813 acho que essas questões nos colocam diante de certos temas que exigem um certo  
814 esclarecimento. A primeira questão que o Departamento de Antropologia coloca ao GT é a  
815 seguinte: “*Com base em qual diagnóstico foram elaboradas as propostas apresentadas no*  
816 *relatório final e quais os consensos e dissensos dos membros do GT em relação a cada uma*

## A T A S

817 *delas?''*. Aqui acho que há três questões que eu gostaria de esclarecer e isso bate também com  
818 o que vem ocorrendo em várias congregações. Nós estamos dividindo o trabalho dos membros  
819 do GT e então, nas congregações que nos convidam, temos feito debates, mas geralmente são  
820 reuniões abertas da congregação específicas para isso. Fui na FEA de Ribeirão Preto, Medicina  
821 de Ribeirão Preto, na Esalq, no IME e outros colegas foram nas várias engenharias. Nós já  
822 discutimos com uma parte da Universidade. Em algumas unidades, a pergunta foi muito similar  
823 a essa da Antropologia. Em algumas congregações questionou-se a necessidade de promover  
824 mudanças em modo geral. Por que mudar? Que diagnóstico se faz para propor alguma  
825 mudança? Vejamos, o diagnóstico não foi feito pelo GT, o GT foi uma atribuição do reitor e  
826 está vinculado à proposta que o Vahan Agopyan e o Antônio Zago apresentaram quando foram  
827 candidatos a reitor. Então, na proposta eu cito que *a reforma da carreira docente deve nortear-se*  
828 *pelos seguintes princípios: permitir a valorização das atividades de educação, em especial,*  
829 *o ensino de graduação. “Aplicar o conceito de valorizar a qualidade a todas e a cada uma das*  
830 *atividades fim da universidade, pesquisa, cultura, ensino e extensão. Para isso, a carreira*  
831 *docente deve ser revista segundo seguintes procedimentos: reconhecer a heterogeneidade entre*  
832 *as áreas e entre pessoas, reconhecer a possibilidade de mais de uma via de progresso dentro*  
833 *da carreira docente.”*. Mostramos a proposta também os tópicos de internacionalização,  
834 cooperação internacional, interdisciplinaridade, inovação e, por fim, sustentabilidade. Vamos  
835 lembrar que, em seu discurso de posse, o Prof. Antônio Zago sintetizou o grande desafio do  
836 presente nos seguintes termos: *“Adicionalmente as suas duas visões clássicas, ensino superior*  
837 *e pesquisa, a última década fortaleceu o reconhecimento a chamada terceira missão das*  
838 *universidades, que inclui todas as relações da universidade com seus parceiros não*  
839 *acadêmicos, divergindo da característica transnacional do ensino e da pesquisa universitários,*  
840 *a terceira missão fortalece o vínculo com as comunidades locais e regionais, expostas hoje a*  
841 *mudanças rápidas e inesperadas, como a globalização, mudanças climáticas, incertezas*  
842 *econômicas e rápidas transformações tecnológicas. A USP deve contribuir para com o poder*  
843 *público para responder os difíceis problemas derivados da concentração populacional das*  
844 *grandes metrópoles, da mudança rápida do perfil etário e do consumo da sociedade, bem*  
845 *como da crescente substituição da economia baseada na mão de obra e riquezas naturais por*  
846 *uma sociedade de informação e conhecimento. O mundo de hoje exige das universidades ações*  
847 *que vão além de seus muros.* Foi levando em conta esse quadro que o reitor nomeou o GT de  
848 atividade docente e as tarefas do GT são as seguintes: 1- *Repensar o sistema de avaliação*  
849 *individual no âmbito da USP, permitindo a valorização das atividades de educação.* 2 –  
850 *Aplicar o conceito de valorização de qualidade das atividades fim da universidade.* 3 –

## A T A S

851 *Repensar o regime de trabalho docente.* Insistimos, portanto, que a criação de atuação do GT  
852 caminha no sentido de realizar as diretrizes e propostas da gestão da atual reitoria. No  
853 documento que nomeia o GT há uma espécie de resumo dessa posição. Então a intenção do  
854 reitor com esse grupo de trabalho é o diagnóstico que foi realizado nos debates da campanha  
855 eleitoral que foi vitoriosa. Isso foi baseado nos documentos da campanha eleitoral. Segunda  
856 questão, quais os consensos e dissensos dos membros do GT em relação a cada uma delas? Nós  
857 não consideramos isso relevante. O GT é um grupo de assessoria do reitor e o próprio grupo  
858 discutiu a possibilidade de várias propostas e começamos a discutir algumas congregações. O  
859 documento expressa um pouco essa inquietude, o documento não tem uma coerência fechada,  
860 eu, por exemplo, não concordo com uma das propostas, que é a de regime de quarenta horas  
861 com dedicação exclusiva, mas é irrelevante se eu concordo ou não. Mas tivemos uma discussão  
862 e estamos querendo provocar uma discussão. Então há propostas que um membro pode  
863 concordar e o outro não. E de forma nenhuma eu tentei fazer votações para ter uma proposta do  
864 GT. Acho que um grupo que vai formular propostas, quem vai decidir é o conselho  
865 universitário. Nossa função é ter algumas ideias e discutir com as congregações que desejarem  
866 essas ideias e recolher outras questões. Partimos de documentos que foram discutidos durante a  
867 campanha eleitoral. Não temos consenso e dissenso, não fizemos nenhuma tabela disso. O  
868 termo *Relatório Final* foi uma grande confusão que eu gostaria de explicar o que é esse  
869 documento. O documento foi enviado no gabinete do reitor e o termo só surge lá, mas é o  
870 documento final de uma etapa. O documento foi enviado com denominação de final, mas vale  
871 ressaltar que, nesse caso, tal caracterização não significa que o documento e suas propostas não  
872 estejam sujeitos a modificações, mas apenas que ela corresponde ao término de uma etapa.  
873 Tanto é assim, que no início do documento repete de forma imediata ao tópico de atividades  
874 docentes para o plano de metas da USP para dois mil e quinze. Vou ler o início do documento:  
875 *Cronograma - Seguindo o plano de metas da USP para 2015 O documento mestre conceitual*  
876 *que apresentamos tem a função de propor alguns temas para o debate, sem prejuízo de outros*  
877 *que surjam. Propostas mais específicas poderão surgir nas discussões de comissões das*  
878 *unidades, seguidas de manifestações das congregações. Tais propostas serão avaliadas pelas*  
879 *comissões das unidades e pelas comissões centrais e submetidas à ampla consulta ao corpo*  
880 *docente.”.* O documento inicia um processo de discussão com as congregações, esperamos que  
881 chegue aos departamentos e chegue às comissões, que surjam outras propostas e daí teria uma  
882 outra etapa. Finalmente, o GT, a CAECO, a Secretaria Geral e a CERT encaminharão as  
883 propostas específicas fundamentadas pelas avaliações. Atividades do GT termina e passa para o  
884 projeto decisório de eventuais mudanças. Então temos duas etapas. Estamos no meio de uma

## A T A S

885 etapa e temos a intenção de refinar propostas. Inclusive, tivemos uma reunião ontem do GT,  
886 com a presença do reitor e já começamos a refinar propostas. No meio do mês que vem, nós  
887 enviaremos a todas as unidades algumas propostas bem mais específicas. E na terceira etapa,  
888 vamos juntar essas propostas específicas com as correspondentes mudanças do regimento e do  
889 aparato normativo da universidade. O objetivo do documento apresentado foi, por conseguinte,  
890 provocar o debate sobre os princípios gerais, assim como sobre propostas mais pontuais e  
891 detalhadas. Nesse sentido, é importante lembrar que o esboço de propostas corresponde a  
892 enumeração a algumas demandas feitas durante as reuniões realizadas pelo GT e com membros  
893 do GT em algumas unidades. Nem todas foram consideradas boas medidas por todo GT, como  
894 foi ressaltado no fim do documento. Nosso objetivo, nessa fase do processo é de provocar  
895 discussão e de recolher sugestões, não apenas de apresentar um documento com condições  
896 fechada, algo que achamos ser contraproducente. Segunda questão: *quais membros*  
897 *compuseram o referido GT?* Isso está na página da reitoria, mas eu lerei aqui: Ricardo Terra da  
898 Filosofia, como presidente, Berenice Bilharinho de Mendonça, da Medicina, Diogo Rosenthal,  
899 do Direito, Edison Antonio Ticianelli, Física de São Carlos, Emilio Carlos Neri Silva, da  
900 Mecânica Computacional da Escola Politécnica (POLI), Esmeralda Negrão, da FFLCH, Eucia  
901 Beatriz Lopes, da Faculdade de Psicologia de Ribeirão Preto, Fernando de Queiroz Cunha, da  
902 Farmacologia, Fernando Veneri Jr, Escola de Engenharia de Lorena, Joaquim José Martins  
903 Guilhoto, da FEA, José Bento, Genética e Tratamento Animal, Sebastião dos Santos, Medicina  
904 de Ribeirão Preto, Luiz Eduardo Aranha, da Fitopatologia, Luiz Roberto Brito, do ICD, Maria  
905 Ângela, da FAU, Maria Cristina de Souza, da ECA, Maria do Rosário, da Faculdade de Saúde  
906 Pública, Paulo Cesar Conte, da Faculdade de Odontologia, Ricardo Galvão, da Física, Rogê  
907 Chama, da Medicina de São Paulo, Sarah Feldman, da IAU de São Carlos, Sérgio  
908 Albuquerque, de Parasitologia de Ribeirão Preto, Sergio Persival, Engenharia de São Carlos e  
909 Sonia Salzstein Goldberg, da ECA. A terceira pergunta: *quantas reuniões o GT realizou e se há*  
910 *atas das reuniões?* A secretária acha que foram nove reuniões. Nós não temos atas, temos a  
911 memória das reuniões. Nunca dei muita importância para esse lado burocrático. Finalmente,  
912 quarta pergunta: *quais os critérios utilizados para decidir as propostas que seriam incluídas e*  
913 *omitidas no relatório final?* Como eu disse, não é o relatório final, inicial. Não houve votação,  
914 nós simplesmente fomos agregando propostas e para isso não era necessário haver consenso.  
915 Fomos agregando propostas que eram mais polemicas ou que poderiam formar certo conjunto.  
916 Isso em relação a essa demanda que foi a única da faculdade em relação ao GT. Como o tempo  
917 é curto, acho que não vale a pena fazer uma exposição do próprio documento.”. Com a palavra,  
918 a Profa. Esmeralda Vailati Negrão disse: “Eu só queria ressaltar essa questão que esse GT tem

## A T A S

919 como finalidade, desde primeira reunião, nós temos que promover a discussão em todo o  
920 âmbito da universidade. A comissão é bastante heterogênea e bastante representativa das  
921 diferentes áreas, tanto da capital quanto do interior e eu acho que nosso começo de trabalho foi  
922 muito mais um começo de tentar conhecer essas diferentes áreas. Acho que se não houve uma  
923 avaliação, houve uma discussão das diferentes perspectivas dos desejos de cada uma das  
924 unidades, dos problemas que cada uma dessas pessoas trazem para discussão e acho que, então,  
925 entre nós mesmos a reunião foi bastante difícil no sentido da gente entender os diferentes  
926 pontos de vista, foi bastante respeitosa, foi uma comissão onde a gente aprendeu muito com  
927 cada um de nós e é isso o que esse documento revela. O que devemos fazer daqui para a frente  
928 é ver como vamos levar essa discussão e debate dentro das diferentes unidades. Acho que eu,  
929 particularmente, estava ansiosa que a gente tivesse essa oportunidade de primeira conversa com  
930 a congregação, uma vez que desde o início que essa comissão foi designada, aliás, gostaria de  
931 dizer que a designação de cada um dos membros foi uma indicação de cada um dos pró-  
932 reitores, meu nome foi indicado pela Profa. Maria Arminda, Pró-reitora de Cultura e Extensão,  
933 por conta de eu ter sido uma pessoa que colaborou como assessora nos dois primeiros anos da  
934 gestão da Profa. Maria Arminda, gestão essa que muito debatemos e é um trabalho que ainda  
935 continua, a valorização das atividades de cultura e extensão, a discussão e a ampliação de  
936 critérios para que essa área tenha seu trabalho avaliado e, portanto, seu trabalho legitimado e  
937 componha um tripé dentro da universidade. Acho que temos pouco trabalho de extensão e  
938 cultura numa faculdade que tem essa especificidade. Então acho que os questionamentos sobre  
939 a composição e as pessoas que estão lá seguiram esse critério, uma comissão que pudesse  
940 chegar a algum começo de registro de demandas e insatisfações ou, até mesmo, chegar à  
941 conclusão de que não precisamos de nenhuma mudança e estamos no caminho correto. É essa a  
942 postura da comissão. Então acho que devíamos, no meu entender, tentar baixar a ansiedade,  
943 desfazer mal entendidos, desfazer preconceitos que acho que se colocaram para um grupo de  
944 pessoas, de desqualificação de certas pessoas e devemos retomar essa conversa e acho que a  
945 discussão não vai acabar por aqui, temos que caminhar uma proposta de como essas discussões  
946 vão ser feitas no âmbito da faculdade.”. Com a palavra, Prof. Marcos Napolitano disse: “Eu  
947 olhei o documento rapidamente há algum tempo, em princípio eu não tenho nenhum dogma de  
948 como deva ser a carreira, mas o que mais me preocupou foi a flexibilização da dedicação  
949 exclusiva, em algum momento do RDIDP, incentivar entradas de outros tipos de regime. Posso  
950 estar enganado, mas tinha lá alguma coisa em relação a isso. Acho que a gente poderia pensar,  
951 mesmo que sendo discutido, temos que pensar em alguns mecanismos de uma defesa de  
952 conceito de carreira que eu acho que o RDIDP é majoritário aqui na faculdade. Podemos

## A T A S

953 agregar a esse documento, uma espécie de defesa dessa carreira, pelo menos para algumas  
954 unidades, que as unidades tenham certa autonomia para defender a sua realidade e colocar por  
955 quais razões o RDIDP é essência. A conexão de pós graduação e graduação, pesquisa e  
956 extensão, é uma das vantagens do RDIDP e acho que isso deva ser defendido. Não defendendo  
957 como uma tese, mas, na proposta, agregar algum tipo de mecanismo de, por exemplo,  
958 eventualmente passando na votação final, uma possibilidade em uma outra entrada em outros  
959 tipos de carreira. Fico me perguntando se, por exemplo, não poderíamos ter mecanismos de  
960 defesa de um percentual majoritário de RDIDP em determinadas unidades e que isso fosse  
961 respeitado como um estatuto. Se a gente decide aqui que noventa por cento da faculdade de  
962 Filosofia tem que ser RDIDP, a universidade teria que respeitar isso. Gostaria de ver agregado  
963 esse tipo de coisa. Até eventualmente, possibilitando a entrada em outros tipos de carreira. Não  
964 vejo problema em si nesse tipo de coisa, meu medo é isso servir de um mecanismo de  
965 economia de salário ou recursos, uma economia que a gente sabe que vai ser feita dispensa da  
966 qualidade. Essa é minha preocupação. Uma coisa é a gente arejar as possibilidades de carreira,  
967 por exemplo, acho que a USP é fechada a professores Seniores que queiram trabalhar aqui, mas  
968 uma universidade desse porte tem que atrair professores que possam ficar em regimes de  
969 aposentados, por que não ficar aqui com outra entrada que não seja concurso? Não vejo  
970 problema algum, mas isso não pode substituir um princípio de carreira que acho que é uma  
971 conquista. Acho que temos que ter algum mecanismo para dizer que existe um eixo, mas as  
972 outras pontas também tem que ser valorizadas.”. Com a palavra, a Profa. Esmeralda Vailati  
973 Negrão disse: “Eu queria pegar o gancho e falar uma coisa muito importante do documento e  
974 temos que pensar com carinho sobre essa coisa. É que isso, desde o começo das discussões,  
975 ficou claro que as carreiras devem ser escolhidas pelos departamentos, pelas unidades. Que  
976 cada departamento tenha a possibilidade que, segundo sua vocação, segundo seus planos de  
977 metas, estabelecer que professores precisam e em quais regimes. Eu acho que o que atrapalhou  
978 nesse documento e acho que as pessoas tem razão de ficar bravas com ele, mas a discussão é,  
979 no âmbito da comissão, que departamentos definiriam seus planos de metas e que tipos de  
980 professores querem contratar. Uma das coisas que são alegadas nas outras unidades é que, por  
981 exemplo, departamentos de artes na ECA, eles precisam de diferentes tipos de carreira para a  
982 contratação de profissionais experientes por certo tempo, pessoas com certo perfil e que não  
983 sejam pessoas que estejam no perfil da carreira. Se precisa, por exemplo, de um coreógrafo  
984 para um curso de tal duração etc. O objetivo era conseguir entender as diferentes demandas dos  
985 diferentes departamentos das diferentes unidades, respeitando os desígnios dos planos de cada  
986 departamento. Acho que para a Faculdade de Filosofia, o RDIDP vai ser o regime por conta da

## A T A S

987 sua vocação. Então eu acho que uma das coisas que é cara nesse documento e acho que é um  
988 avanço, venho de uma experiência onde deu muito certo a gente ter tido um momento difícil no  
989 departamento e ter conseguido, em grupo, sentar e negociar quais seriam as metas para pós  
990 graduação, graduação etc. Metas para contratação, metas para um conjunto de coisas que  
991 delineou uma reforma da graduação e pós graduação, foi muito importante para o departamento  
992 de Linguística ter sido construído dessa maneira. Não sei se estou levando minha experiência  
993 pessoal e isso não é bom, mas eu entendo que a definição dos perfis de como o departamento  
994 vai funcionar fica a cargo do próprio departamento, em conjunto com os cursos e a unidade.”.  
995 Com a palavra, o Prof. Ricardo Terra disse: “Para complementar, a frase que deu motivos para  
996 muitas discussões foi essa: *as unidades e departamentos deverão zelar para manter uma*  
997 *relação numérica equilibrada entre docentes em diversos eixos de trabalho, valorizando o*  
998 *RDIDP*. Essa *relação numérica equilibrada* foi infeliz. Na versão que estávamos elaborando  
999 ontem, vai ficar mais ou menos assim: *opção preferencial para regime especificado pelo*  
1000 *departamento constando no edital*. Se o departamento acha que tem que ter cem por cento de  
1001 RDIDP, isso vai estar. Inclusive se vocês olharem para o início do documento, quando fazemos  
1002 e insistimos em uma avaliação articulada entre projeto do docente, projeto departamental e  
1003 projeto da unidade, esse projeto diz respeito não só a ênfase no aspecto ou ensino, pesquisa,  
1004 extensão, gestão, mas também isso no ambiente de trabalho. Agora, por outro lado, o  
1005 Departamento de Filosofia é um departamento essencialmente com vocação de RDIDP, mas  
1006 aprovamos há alguns meses a passagem do Lourenço Mammi de RDIDP para RTC porque ele  
1007 vai dirigir uma parte de um centro cultural relevante. Ele como crítico de arte, nesse vai e vem  
1008 que ele vai fazer, seria interessante a universidade ter uma maleabilidade grande que, assim que  
1009 ele quiser voltar para RDIDP, que ele possa voltar imediatamente, nós só temos que fazer esse  
1010 vínculo entre os regimes. Por outro lado, nós nunca pensamos em flexibilizar o RDIDP, pelo  
1011 contrário, caso se crie um novo regime, a ideia seria endurecer o RDIDP, na minha opinião ele  
1012 já está flexibilizado demais. Acho que já existe uma possibilidade enorme de possibilidades de  
1013 trabalho no RDIDP que teriam que ser marcadas. Quem quer fazer outras coisas, vai para outro  
1014 regime e pode fazer um vai e vem dos regimes. Segundo, a ideia é que quem define o perfil é o  
1015 departamento e a unidade e acho que nesse sentido, o documento não quis discutir isso, pois a  
1016 faculdade de Filosofia querer legislar para Medicina ou Engenharia é tão equivocado quanto os  
1017 físicos quererem legislar a nossa maneira de publicar. Então querer colocar relação de RTC  
1018 para poder distribuir titular é um equivoco igualzinho ao que estamos sofrendo. Nós estamos  
1019 sofrendo uma avaliação que está sendo inspirada em um ponto quantitativo da física. Então  
1020 seríamos radicalmente contra. Acho que os departamentos, da Medicina por exemplo, tem

## A T A S

1021 plena liberdade de fazer como quisessem. Não faz sentido um bando de humanistas querer  
1022 legislar para Medicina, assim como não faz sentido um bando de físicos querer legislar para a  
1023 Filosofia. Última coisa, por exemplo, o professor sênior. Isso é toda reflexão que estamos  
1024 fazendo sobre a simplificação no processo de contratação de professores temporários. Como  
1025 aproveitar, de maneira simples e clara um diretor de teatro que quer, por um motivo qualquer,  
1026 quer ficar quatro meses dando curso ou um iluminador ou até um engenheiro da Embrar  
1027 especialista em certo ponto poder passar quatro meses da POLI e isso teria um certo valor  
1028 simbólico de ter dado um curso na POLI por quatro meses. Então estamos tentando pensar nas  
1029 formas jurídicas que possibilitariam isso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Tenho  
1030 cinco inscrições e peço que as pessoas sejam bem objetivas para dar oportunidade para as  
1031 pessoas da mesa responder.”. Com a palavra, a Profa. Valeria de Marco disse: “Quero fazer  
1032 uma questão de encaminhamento. Preciso sair daqui em breve por conta do curso experimental.  
1033 Gostaria de propor que fizéssemos uma rodada de perguntas para que depois o Ricardo e  
1034 Esmeralda ponderassem. Pois há questões que se repetem e acho que isso agiliza.”. Com a  
1035 palavra, o Prof. Rodrigo Ricupero disse: “Tenho impressão que talvez o primeiro problema do  
1036 relatório seja a frase que diz que a contratação da universidade será em regime de turno parcial,  
1037 antes de chegar no equilíbrio ideal essa frase anterior é dita. Quando a gente pensa na situação  
1038 econômica da universidade, quando pensamos na discussão da CERT e quando lemos isso, a  
1039 sensação é que critérios econômicos estariam norteando a discussão. Depois há outra questão  
1040 que me parece preocupante é que se falou da especificidade de várias áreas, isso não aparece no  
1041 relatório. É tudo tratado como uma mudança geral. Então o problema que está colocado é esse.  
1042 Se o problema é o especialista de iluminação da Eca, que se escreva isso e não tenha que ser  
1043 mudado todo o regime de trabalho por conta de uma questão pontual. Não temos que  
1044 reformular nossas regras para atender uma questão específica. Esse me parece um perigo,  
1045 temos que achar um equilíbrio porque, se não, a sensação que se tem é que isso será usado de  
1046 uma forma livre, inclusive no mau sentido. Eu acho muito bom que tivéssemos a possibilidade  
1047 de ter um professor sênior dando um curso ou ter um grande engenheiro vindo dar um curso,  
1048 mas tenho medo de que a gente crie uma categoria de um professor temporário e então aparece  
1049 um pós doutorado para dar aula. E então quem vai dizer quem atende aquelas regras? No meu  
1050 departamento tinha setenta e três professores e hoje tem cinquenta e oito e daqui três anos vai  
1051 ter cinquenta e dois, talvez seja uma boa a gente colocar um pós doutorado para quebrar um  
1052 galho e aí estaríamos flexibilizando e o turno parcial está virando padrão. Então essas são as  
1053 preocupações. Acho que todos concordam que tem que ter exceções e que tenham que ter  
1054 situações que o sujeito não tenha nem mestrado e seja professor eventualmente de um curso

## A T A S

1055 específico, mas isso tem que estar claro. Mas se for para mudar e deixar em aberto por conta  
1056 disso, acho um perigo, precisa estar claro. O documento fala explicitamente que as contratações  
1057 serão de regime parcial, mas depois não diz que será parcial em determinados locais para  
1058 atender determinadas necessidades. Lá diz que o regime da universidade será esse. Acho que se  
1059 o problema é atender as especificidades, elas devam aparecer como especificidades. Imagino  
1060 que seja um problema jurídico, mas é necessário encontrar um mecanismo para encaixar isso,  
1061 pois, se não, temo que aconteça isso. Vou dar um ultimo exemplo, quando eu era o  
1062 representante da pós graduação no CO e discutimos a possibilidade de vídeo conferência para  
1063 bancas, o argumento era de que íamos colocar o maior especialista mundial no assunto para a  
1064 banca, então a pós graduação se absteve naquela votação. Então na primeira banca de vídeo  
1065 conferência, a banca era em Bauru e o sujeito estava em Londrina, e no final ficamos com a  
1066 sensação de que era só para economizar uns trocados e põem lá um sujeito por vídeo  
1067 conferência. Então meu medo é a gente abrir uma brecha e ter essa situação, ao invés de um  
1068 professor sênior de Harvard, ter um pós doutorado.”. Com a palavra, o Prof. Álvaro Faleiros  
1069 disse: “Minha questão é bastante simples. Por que acreditar que vai ser dada autonomia ao  
1070 departamento para escolher o regime de trabalho se, na prática, existe a CERT que tem,  
1071 contrariamente, sistematicamente, agido contra o próprio departamento? Então é um discurso  
1072 que não se sustenta na realidade, pois a prática da reitoria é contrária àquilo que vocês estão  
1073 propondo.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: “A leitura do relatório me  
1074 suscitou muitas reflexões e hoje já disse à Profa. Esmeralda que a minha sensação é que, em  
1075 geral, o fio condutor me parece ser uma precarização. Essa é a sensação que o conjunto de  
1076 propostas me provoca, entre elas, a proposta já citada de todos os concursos começarem em  
1077 RTP e me parece que transformaria a logica instituída da gente passar para um regime com  
1078 carga horária inferior só nos casos em que isso for necessário e não o contrário. Começando em  
1079 RTP, a gente deveria estar o tempo todo demonstrando como professores, departamento,  
1080 unidade, que a gente merece o RDIDP e não o contrário. Sendo que até hoje temos mecanismos  
1081 como processos administrativos que permitem que alguém que não faça jus ao RDIDP seja  
1082 colocado para prestar contas. E assim também são as questões das flexibilizações quanto a  
1083 contratação de pós-doutores, tem uma proposta que pós doutores com bolsa FAPESP teriam um  
1084 contrato de oito horas facilitado, me pareceu entrar um pouco nessa lógica. Só queria dizer  
1085 mais uma coisa sobre a questão dos diagnósticos. O Prof. Ricardo Terra disse que isso vem das  
1086 questões que foram colocadas na hora da campanha eleitoral da atual reitoria. Agora quanto a  
1087 questão do regime de trabalho, não entendi se isso foi colocado para o GT, pelo menos não foi  
1088 colocado para a comunidade, qual o problema nos regimes de trabalho, na carreira docente, que

## A T A S

1089 o GT estaria tentando resolver. Inclusive estou citando o nosso diretor Sérgio Adorno que fez  
1090 uma fala desse sentido em uma das reuniões do CO em que se discutia esse tema. Qual o  
1091 problema? Para a gente poder avaliar as propostas de solução, precisaríamos entender onde está  
1092 o problema e como ele se configura para nós sabermos quais as propostas que estão tentando  
1093 resolver e quais problemas colocados.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Fanjul disse: “Eu ouvi a  
1094 explicação do Prof. Terra sobre a primeira questão colocada pelo departamento de  
1095 Antropologia sobre qual seria a base do diagnóstico. Fui acompanhando a sequencia, primeiro  
1096 foi citado um trecho da campanha eleitoral do Prof. Zago, a carreira docente deva ser revista  
1097 com determinados critérios e, acompanhado a explicação do Prof. Terra, entendi que a revisão  
1098 do regime de trabalho docente foi introduzido pelo GT. Ele não estava no programa e o próprio  
1099 Prof. Terra disse que isso foi introduzido já com o GT confirmado. Lembro também que ficou  
1100 pendente no CO uma revisão dos mecanismos de avaliação que era para dois mil e onze e foi se  
1101 adiando e, a partir daí foi se adiando e se transformou em regime de trabalho. A ideia é de abrir  
1102 uma discussão, mas eu vejo muita dificuldade em iniciar uma questão sem dados. Vou  
1103 reformular a questão do Departamento de Antropologia propondo o seguinte: evidentemente,  
1104 para uma proposta que revise integralmente o regime de trabalho na universidade e porque  
1105 existem dados sobre defasagens e prejuízos das atividades fins oriundas do regime de trabalho.  
1106 Fiquei muito surpreso de ver um documento sem dados, não porque eu seja matemático, sou  
1107 linguista, mas os dados funcionam, sobretudo se vamos discutir questões organizacionais e  
1108 administrativas. Eu esperava alguma apresentação de algum indicador de defasagem em relação  
1109 às atividades fins que podem se estabelecer de muitas maneiras. Todos os indicadores que  
1110 conheço da USP, em relação a rankings, que em geral são muito bons, mas supomos que  
1111 existam outros indicadores que esse grupo trabalhou a partir da delimitação de alguns  
1112 conceitos, esses indicadores tem que ter alguns índices, não há nada disso no documento. Me  
1113 desculpem que eu diga assim, mas não tem indicadores e o professor esta me dizendo que não  
1114 vai ter, mas sem indicadores nem índices, estabelece-se uma necessidade de uma mudança  
1115 bastante radical. Digamos que já que não temos esses índices, pelo menos eu pergunto: qual é a  
1116 avaliação que fazem os membros do GT sobre a quase generalização do regime de dedicação  
1117 nos últimos quinze anos? Eu entrei na USP ainda com tempo completo, inclusive tiveram que  
1118 me convencer para ser RDIDP, mas eu era novo, não tinha doutorado e tal. Pode ser uma  
1119 história pessoal, não tenho medo que me avaliem a cada cinco anos, não é isso que estou  
1120 falando. O problema é que no documento não está apenas o fragmento que citou o Prof. Terra,  
1121 mas outro que é muito mais preciso, porque equilíbrio é um conceito bastante discutível, mas  
1122 no subcapítulo sobre avaliação qualitativa de todas as atividades, o item um, avaliação do

## A T A S

1123 departamento, item C, disse o seguinte: “*Espera-se que os departamentos mantenham uma*  
1124 *proporção equilibrada entre o número de docentes atuando em cada regime de trabalho, sendo*  
1125 *os critérios para tal equilíbrio a preservação da excelência acadêmica.*”. Eu acho que um  
1126 conceito de número não é muito diferente para um matemático, eu entendo que alguma  
1127 expressão quantitativa representável em algum algarismo. Atualmente o Departamento de  
1128 Filosofia tem atualmente trinta e oito docentes, eu entendo que equilíbrio seja que esse número  
1129 fosse dividido em quatro, de algum modo equilibrado. O que eu gostaria de perguntar, por isso  
1130 a questão sobre que avaliação fazem sobre que generalização do RDIDP, se vocês consideram  
1131 que há equilíbrio nesse sentido, a partir do conhecimento que vocês, como professores titulares,  
1132 tem dessa faculdade, no sentido que aqui se propõe que sendo o critério desse equilíbrio, a  
1133 preservação da excelência acadêmica. Na medida que não temos embasamento em dados, me  
1134 vejo obrigado a fazer essa pergunta. Profa. Esmeralda, você disse que vai ficar a cargo dos  
1135 departamentos estabelecer esses critérios. Eu também desejaria isso, mas eu me remeto a  
1136 experiência sobre a carreira docente, todos que atuaram aqui integraram comissões de avaliação  
1137 setorial, sabem que houve pressão em determinado momento, para que haja um número  
1138 máximo de professores aprovados. E chegou a haver conflitos e contestações das comissões  
1139 nesse sentido. Vejamos o que está acontecendo nesses casos da CERT, que conheço vários, e  
1140 não podemos dizer de maneira alguma que sejam pessoas preguiçosas, não estou idealizando,  
1141 mas como uma pessoa muito dedicada à pesquisa e à carreira, reconheço que existem pessoas  
1142 que não tem a mesma dedicação e, às vezes, existe algo de abuso, mas poucas vezes vejo a  
1143 CERT atuar nos casos de abuso, mas sim em casos como esse. E por outra parte, não é apenas o  
1144 contexto do que aconteceu com a carreira docente, nem o que acontece hoje com a CERT. O  
1145 próprio documento contradiz essa ideia de que serão os departamentos quando ele próprio dá o  
1146 diagnóstico, se antecipa ao propor que todas as novas contratações sejam RTP.”. Com a  
1147 palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: “Eu acho que as questões que foram  
1148 levantadas são realmente importantes, tenho impressão que uma das coisas que talvez dificulte  
1149 na consideração tranquila em relação a esse documento, é que não há nenhuma menção em  
1150 relação a áreas profissionais. Então, como nós somos uma faculdade não profissional, para nós  
1151 a coisa do regime de tempo integral é quase sagrado. Claro que isso está contemplado naquela  
1152 menção do departamento, mas, da maneira que está colocado no documento, ele provoca  
1153 realmente desconfiança. Existem algumas questões nesse documento que acho que não  
1154 deveriam fazer parte e poderiam ser resolvidas de forma administrativa. Uma das coisas é a  
1155 questão de contratação de temporários, caso algum professor se afaste, eventualmente vá para o  
1156 exterior, mas hoje a contratação do professor temporário é extraordinariamente difícil em

## A T A S

1157 algumas áreas, basicamente porque se pede tempo parcial, normalmente se pede doze horas  
1158 semanais e obviamente a FAPESP e CNPQ não permitem e os pós-doutores que forem,  
1159 eventualmente, assumir esse cargo, não assumem. Então as bolsas inviabilizam. Isso aqui é  
1160 uma coisa que não me parece discutir sobre o documento de regime de trabalho porque está se  
1161 referindo a professores temporários que não fazem parte da carreira, que são contratados por,  
1162 no máximo dois anos, etc. Então me parece que a vice-reitoria poderia definir isso ou,  
1163 eventualmente, enviar uma proposta. Se formos esperar que tudo isso seja resolvido para então  
1164 tomar uma iniciativa, eu acho uma falta de senso. O Vice-reitor poderia logo encaminhar isso e  
1165 eu duvido que alguém aqui diga que fulano tem que dar doze horas, oito horas está bom. A  
1166 proposta daqui está ótima, então que se implante logo, pois ninguém vai discutir isso. Não sei  
1167 se isso tem alguma relevância para ser discutido em algum documento da magnitude que é a  
1168 proposta da operação das formas de regime de trabalho.”. Com a palavra, o Senhor Diretor  
1169 disse: “Me lembro, Prof. Terra, de duas oportunidades que o Sr. se manifestou a respeito do  
1170 andamento do trabalho da comissão, uma vez no CO e uma vez na reunião de dirigentes na  
1171 Esalq, que o senhor havia feito referências a comparações internacionais e eu senti falta disso  
1172 no relatório, pois acho que seria muito importante de quais são as tendências em outras  
1173 universidades e, sobretudo, universidades com características parecidas com a USP. Com  
1174 número grande de alunos, áreas com grande agregação de custos. Acho que não podemos  
1175 desconectar também do que acontece, no que em outras experiências internacionais têm  
1176 acontecido. Não que a gente tenha que só seguir exemplos, pois temos maus exemplos que não  
1177 nos servem de referência, mas de qualquer maneira, não podemos ficar alheios ao que ocorre. A  
1178 minha leitura é que há tendências em cursos que são preocupantes, sobretudo o fato de que em  
1179 algumas universidades, a contratação de professores por um período determinado e a partir do  
1180 que um professor vai captar recursos para garantir sua equipe de pesquisa e seus salários. Isso  
1181 pode funcionar muito bem em um ambiente altamente competitivo com um padrão de  
1182 realização de atividades de pesquisa, docência etc. com características muito diversas que  
1183 acontecem no Brasil, mas que aqui podem ser mortais.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de  
1184 Marco disse: “Eu vou fazer uma proposta de que a gente paute essa discussão para a próxima  
1185 congregação para começar às 14h e que na convocação da congregação vá explicitamente na  
1186 pauta e o expediente seja feito depois e que tudo seja feito depois, pois de novo estamos aqui  
1187 com a plenária esvaziada. Eu acho que é fundamental que a gente esclareça as desconfianças de  
1188 lado a lado, porque o documento vem em um momento em que a CERT está fazendo o que está  
1189 fazendo, uma crise econômica e então tudo leva à circunstâncias horríveis para discutir  
1190 carreiras em tempo integral. Não é para esquecer que estamos discutindo carreiras e não só o

## A T A S

1191 regime de trabalho. Então acho que a gente precisa pautar a reunião para ter congregação mais  
1192 cheia para poder discutir isso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu já havia  
1193 conversado com o Ricardo Terra de que eu imaginava que o assunto não se esgotaria hoje, acho  
1194 que é um assunto que vai exigir uma reflexão. Então há possibilidade de ele ser repetido em  
1195 outras congregações e até possa ter uma congregação extraordinária se nós tivermos fôlego  
1196 nesse final de semestre.”. Com a palavra, Roberto Bolzani Filho disse: “Eu gostaria de lembrar  
1197 que o Prof. Ricardo disse que há mais uma versão refinada em confecção. Acho que essa  
1198 discussão deva ser feita após a divulgação dessa versão para que mal entendidos que houveram  
1199 aqui não se repitam.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta A. Rita Maria Carmela Santoro disse:  
1200 “Queria propor que a congregação fosse extraordinária para termos tempo para discutir e  
1201 também que se avaliasse a possibilidade de ser uma congregação aberta, pois ela não é  
1202 deliberativa e outros colegas poderiam participar para que essa fosse uma comissão mais  
1203 ampla.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo Terra disse: “Em relação ao que o Prof. Brasília disse,  
1204 se prestar atenção no documento, existem vários tipos de medida. Tem medidas que exigem  
1205 mudanças regimentais e tem medidas que o Reitor pode resolver na hora, inclusive só coloquei  
1206 esse item porque você mesmo colocou, mas se você acha que consegue, sem eu colocar em  
1207 pauta, diretamente tirar do vice-reitor, que é uma falta de senso não resolver isso logo e que é  
1208 inútil discutir isso. Vá lá e faça isso com o vice-reitor e nós tiramos imediatamente do  
1209 documento.”. Com a palavra, o Prof. Brásílio João Sallum Junior disse: “Vamos esclarecer.  
1210 Na verdade, eu já escrevi para o vice-reitor e ele mandou para você. Estou dizendo que é uma  
1211 desproporção, que deveríamos pressionar o vice-reitor para que ele faça logo.”. Com a palavra,  
1212 o Prof. Ricardo Terra disse: “Você me disse que o Departamento de Ciências Sociais está com  
1213 um problema grave e que você precisa de professores substitutos e que os bons candidatos que  
1214 tem bolsa FAPESP e não querem prestar o concurso que vocês estão abrindo.”. Com a palavra,  
1215 o Prof. Brásílio João Sallum Junior disse: “A gente fica a anos para resolver uma coisa que ele  
1216 pode fazer rapidamente.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo Terra disse: “O documento seguinte  
1217 vai ser mais próximo à proposta de mudanças, estatutárias e normativas. Acho que temos que  
1218 caminhar para isso. Vamos evitar no documento de escrever qualquer tipo de elucubração  
1219 outra, se não vamos ficar discutindo a elucubração e não a proposta de mudança. E claro que as  
1220 discussões serão, a medida que nós temos uma proposta X, é bom que se escreva a favor e  
1221 contra ela. Uma coisa que ficou mal entendida e no próximo documento vai deixar muito claro.  
1222 O próximo documento vai ter uma redação mais ou menos o seguinte: *o grupo de trabalho*  
1223 *sugere que a proposta de locação de docentes de diferentes regimes de trabalho caibam os*  
1224 *departamentos de acordo com seus planos acadêmicos. Os concursos para ingresso na*

## A T A S

1225 *carreira devem ser em regime de RTP com opção preferencial para o regime especificado pelo*  
1226 *departamento, constante no edital.* Isso significa que vai ser igual ao da Unicamp. Inclusive  
1227 isso está parafraseando. Isso porque nós podemos ver a dedicação exclusiva como regime de  
1228 excelência. Se o docente não tem a excelência, ele não pode permanecer. Você pode ser contra,  
1229 mas é essa proposta, igual à Unicamp. Houve um mal entendido dizer que a pessoa ficaria no  
1230 RTC e demoraria para ter o RDIDP, não. Já o primeiro salário dele, se o departamento  
1231 concedeu RDIDP, ele já recebe em RDIDP. Então a proposta é que seja exatamente igual à  
1232 Unicamp. E nós vamos fazer outras propostas vinculadas a isso. O regime de trabalho chama  
1233 mais atenção, mas o documento está propondo uma mudança no sistema de avaliação que é tão  
1234 importante quanto a carreira. Estamos propondo profundas mudanças no sistema de avaliação e  
1235 isso vai repercutir na progressão da carreira, pois uma segunda tarefa que teremos vai ser  
1236 repensar e propor mudanças na progressão horizontal. Então tem uma parte do documento que  
1237 é uma reformulação no sistema de avaliação da USP. Vamos chegar a propor até mudanças  
1238 regimentais, por exemplo, de junção com a CERT com a CAA. São muitas discussões  
1239 regimentais que temos que discutir. O próximo documento vai ser muito mais próximo de  
1240 propostas de mudanças regimentais, estatutárias e de procedimentos. E o nosso plano é de  
1241 terminar isso até meados do mês que vem. Muitas das congregações que discutimos foram  
1242 abertas, por exemplo na Medicina de Ribeirão Preto. Tínhamos a congregação da Medicina  
1243 num enorme anfiteatro junto com a congregação de Filosofia e do Direito. Depois repeti a  
1244 discussão só com a FEA de Ribeirão Preto. Estamos pensando no futuro, não tem nada a ver  
1245 com crise financeira. O GT está pensando no futuro, se vai ser atropelado pela crise financeira e  
1246 se vai funcionar ou não, isso é outro problema. O que estamos discutindo é um formato  
1247 institucional para responder a determinadas questões. Enquanto à contratação é isso. E há  
1248 coisas diferentes aqui, uma coisa é o regime de trabalho com duas propostas polêmicas. A  
1249 primeira é esse regime de contratação semelhante ao da Unicamp, o segundo ponto controverso  
1250 é a criação de um turno e regime de trabalho de quarenta horas sem dedicação exclusiva. Eu  
1251 sou contra, pois tenho a tradição de que ou se é RDIDP ou não é, só que acho que não seja boa  
1252 a relação do RDIDP com outros regimes. Com o fato do RDIDP ser preferencial, se criou uma  
1253 distorção. No primeiro momento, na década de setenta e oitenta isso foi fantástico e criou  
1254 parque de pesquisa enorme na USP. Na minha visão, hoje ele pode atrapalhar as áreas de  
1255 transferência de tecnologia e políticas públicas. Claro que ele é preferencial, mas quem vai  
1256 definir a proporção ou número ou a relação de RDIDP e RTC e outros regimes são os  
1257 departamentos. Acho que é um erro na avaliação federal dizer que uma pós-graduação é boa ou  
1258 ruim pelo número de RDIDP. Então quem gosta de números, vá ver o relatório da USP e pega a

## A T A S

1259 produção científica dos RTCs da Medicina. É simples, se gosta de número, vejam a produção  
1260 enorme dos RTCs da medicina, que além de ser só RTC, fazem administração, montam  
1261 hospitais e fazem pesquisas de ponta mundial. Então temos que olhar a universidade dos vários  
1262 pontos de vista e defender para valer o nosso ponto de vista para a nossa faculdade, mas querer  
1263 achar que a faculdade é modelo para o resto é bobagem. Uma das propostas nossas é de  
1264 vincular CERT, CPA e CAA é para que a CERT trabalhe com avaliação institucional para  
1265 CERT também, Acontece na USP muitas avaliações que não conversam com outras. A CERT é  
1266 uma avaliação individual com certos critérios. O CPA avalia departamento e faculdade com  
1267 outros critérios. A comissão de pós-graduação com outros critérios e este ano a pró-reitoria de  
1268 graduação vai começar uma avaliação de ensino. A pró-reitoria de extensão criou critérios de  
1269 avaliação de extensão. A progressão horizontal criou outros critérios. Isso é uma bagunça total.  
1270 Uma das coisas que estamos pensando é de como pensar avaliações e daí temos deformações:  
1271 um professor que tem proficiência de ensino fantástica e uma pouca produção científica sempre  
1272 perde para alguém que é um péssimo professor, mas tem uma produção científica maior. É  
1273 razoável isso? Eu acho que não. Então teria que haver uma junção de plano individual, plano  
1274 departamental e plano da unidade. Para isso tem que haver mudanças regimentais. Esse tipo de  
1275 questão, sei que a carreira chama mais atenção, mas acho que se nós não repensarmos a  
1276 avaliação, teremos um sério problema.”. Com a palavra, a Profa. Esmeralda Vailati Negrão  
1277 disse: “Para terminar, acho que se falando um pouco da coisa da precarização, se partirmos dos  
1278 pressupostos que os interesses são ilegítimos, a gente não vai conseguir fazer nada. Posso ser  
1279 uma ingênua, talvez eu seja, mas acho que refletir e tentar mudar ou refletir e chegar à  
1280 conclusão que o melhor modo é o que a gente está sem ler nas entrelinhas intenções que pelo  
1281 menos não estão na comissão, é uma coisa que vale a pena. É por isso que eu estou lá. A hora  
1282 que eu achar que está por trás uma precarização, eu saio. A minha avaliação da faculdade é de  
1283 que é extremamente positiva ter o regime de trabalho que a gente tem, até porque,  
1284 historicamente, acompanhei como aluna o resultado de não ter professores em RDIDP e a  
1285 dificuldade que era para isso ser conseguido. Não vejo, até agora, nenhuma suspeição em  
1286 relação à isso, mas pode ser que eu seja inocente e se isso for realmente alguma coisa, vamos  
1287 batalhar e dizer que não queremos. Mas tem que ser dado crédito para se levantar uma  
1288 discussão e não, de antemão, não discutir. Do mesmo jeito que não temos indicadores do que  
1289 está ruim, não temos indicadores do que está maravilhoso. A gente tem uma fala política, às  
1290 vezes tomadas por outras pessoas, e acho que temos que discutir no âmago de cada uma das  
1291 instituições para entender os que as pessoas querem. Nós estamos querendo melhorar a  
1292 universidade. Acho que discutir não vai piorar a universidade e depois temos que ver como isso

## A T A S

1293 vai ser encaminhado, finalizado e acho que a gente tem que ter abertura de ambos os lados para  
1294 enxergar todos os lados e todos os desejos de melhora dessa universidade. Não dá para nós  
1295 barrarmos a discussão por princípios. Essa é minha opinião. Pode ser que eu esteja errada, mas  
1296 quem me conhece sabe que eu sei ver isso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu acho  
1297 que essa discussão é muito complexa, está ligada com carreira, avaliação, mas também está  
1298 ligada com a universidade que está se constituindo aqui. Nós sabemos que no mundo inteiro as  
1299 universidades estão em ebulição, mesmo as universidades mais tradicionais estão se  
1300 reinventando .Então temos que discutir quais modelos estão se constituindo e, de alguma  
1301 maneira, nós temos clareza para onde caminhamos. Mas acho que temos um ponto comum,  
1302 todos nós estamos insatisfeitos com nosso desempenho atual e acreditamos que isso pode  
1303 melhorar. Acho que esse é ponto e como fazê-lo é que implica em discussão. Acho que  
1304 podemos fazer melhor em termos de compromisso, ensino, pesquisa, extensão, compromissos  
1305 com a sociedade e universidade. Quero agradecer a presença dos professores Ricardo Terra e  
1306 Esmeralda Vailat e já deixarmos convidados para a próxima, aguardando esse próximo  
1307 relatório. Vou terminar agora a pauta e quero, antes de encerrar, avisar que não conseguimos  
1308 quórum suficiente para aprovação dos professores eméritos.” **1.3 - O DEPARTAMENTO DE**  
1309 **HISTÓRIA SOLICITA A CONCESSÃO DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO DA**  
1310 **FACULDADE AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. -**  
1311 **14.1.1643.8.3. 1.4 - O DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA SOLICITA A CONCESSÃO**  
1312 **DO TÍTULO DE PROFESSORA EMÉRITA DA FACULDADE À PROFESSORA**  
1313 **DOUTORA DIANA LUZ PESSOA DE BARROS. - 14.1.3805.8.0 1.5 - O**  
1314 **DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA SOLICITA A CONCESSÃO DO TÍTULO DE**  
1315 **PROFESSORA EMÉRITA DA FACULDADE À PROFESSORA DOUTORA MARILENA**  
1316 **DE SOUZA CHAUI. - 15.1.695.8.0 (LEMBRANDO QUE OS ITENS 1.2, 1.3 E 1.4 SERÃO**  
1317 **VOTADOS, SE HOVER, NO MÍNIMO 66 MEMBROS PARA ATENDER AO DISPOSTO**  
1318 **NO ARTIGO 93 DO ESTATUTO DA USP: "A Universidade e as Unidades poderão conceder**  
1319 **o título de Professor Emérito a seus professores aposentados que se hajam distinguido por**  
1320 **atividades didáticas e de pesquisa ou contribuído, de modo notável, para o progresso da**  
1321 **Universidade" E "Parágrafo Único - A concessão do título dependerá de aprovação de dois**  
1322 **terços respectivamente, dos componentes do Conselho Universitário ou das Congregações").”**  
1323 Os itens 1.3, 1.4, e 1.5 foram **RETIRADOS DE PAUTA**, por não ter sido atingido o quórum  
1324 exigido no artigo 93 do Estatuto.. Ninguém mais desejando fazer o uso da palavra, o Senhor  
1325 Diretor passou para o segundo item. **2 - INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR**  
1326 **SÊNIOR. 2.1 - 15.1.1845.8.6: O Professor Doutor **SERGIO MICELI PESSOA DE****

## A T A S

1327 **BARROS** encaminha pedido de ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao  
1328 Departamento de Sociologia. **2.2** - 13.1.1262.8.9: A Professora Doutora **ELIANA ROSA**  
1329 **LANGER** encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor  
1330 Sênior junto ao Departamento de Letras Orientais. **2.3** - 11.1.1637.8.0: A Professora Doutora  
1331 **BERTA WALDMAN** encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de  
1332 Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Orientais. Após votação, os itens foram  
1333 **APROVADOS. 3** - COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CONVÊNIOS E CO-  
1334 ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL - DUPLA TITULAÇÃO ACADÊMICA - **3.1** - Pedido da  
1335 Senhora **LARISSA ALVES DE LIRA**, aluna USP, referente ao Convênio Acadêmico de co-  
1336 orientação Internacional (DUPLA TITULAÇÃO ACADÊMICA) no Programa de Pós-  
1337 Graduação em Geografia Humana e EHESS-Paris (doc. E-convênios 34861). Após votação, o  
1338 item foi **APROVADO. 4** - PROGRAMAS DE LIVRE DOCÊNCIA DE DIVERSOS  
1339 DEPARTAMENTOS PARA O 2º SEMESTRE DE 2015 (votação aberta). **4.1** - O  
1340 Departamento de Letras Modernas solicita a ALTERAÇÃO do programa de Livre-docência  
1341 para o Edital de abertura de Livre Docência previsto para o segundo semestre de 2015.  
1342 LÍNGUA INGLESA: 1 - A língua inglesa na sociedade globalizada; 2 - Abordagens de  
1343 formação de professores para o ensino da língua inglesa; 3 - A relação língua materna e língua  
1344 estrangeira e suas implicações para a formação em língua estrangeira; 4 - A língua e produção  
1345 do conhecimento: questões críticas na formação discente; 5 - Questões linguísticas nos estudos  
1346 de língua inglesa; 6 - O aprendizado de língua inglesa na perspectiva da linguagem como  
1347 prática social; 7 - Leitura e escrita numa abordagem discursiva nos estudos da língua inglesa; 8  
1348 - Questões de política linguística no ensino da língua inglesa; 9 - Letramento acadêmico em  
1349 língua inglesa; 10 - A perspectiva histórico-cultural e da atividade e a linguística aplicada; 11 -  
1350 Relação teoria e prática na linguística aplicada. Após votação, os itens foram **APROVADOS. 5**  
1351 - ABERTURA DE EDITAL - CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM  
1352 CARGO DE PROFESSOR DOUTOR - 7a. ETAPA DO PROGRAMA DE APOIO AOS  
1353 CONCURSOS PÚBLICOS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR  
1354 DOUTOR 5.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS 5. 1.1 - ÁREA DE LÍNGUA  
1355 E LITERATURA ARMÊNIA 01 CARGO, REF. MS-3, EM RDIDP - Proc. 15.1.1802.8.5.  
1356 PROGRAMA: 1 - Alfabeto armênio; 2 - Armênio Oriental e Armênio Ocidental; 3 - O sistema  
1357 de casos gramaticais do armênio; 4 - Os tempos verbais do armênio; 5 - As categorias  
1358 gramaticais do substantivo no armênio; 6 - A ordem dos constituintes no armênio; 7 - Os  
1359 sintagmas Genitivos no armênio; 8 - Movimento do verbo auxiliar no armênio; 9 - Os  
1360 participípios do armênio; 10 - Os artigos do armênio e sua interação com caso morfológico. **5.1.2**

## A T A S

1361 - ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA CHINESA 01 CARGO, REF. MS-3, EM RDIDP -  
 1362 Proc. 15.1.1803.8.1 PROGRAMA: 1 - O legado cultural das Dinastias Shang, Xia e Zhou; 2 -  
 1363 A cultura chinesa e a unificação do império na Dinastia Qin; 3 - A cultura chinesa e a  
 1364 consolidação do sistema imperial na Dinastia Han; 4 - A cultura cosmopolita da Dinastia Tang;  
 1365 5 - O fortalecimento da identidade cultural chinesa na Dinastia Song; 6 - Conflitos e resistência  
 1366 cultural na Dinastia Yuan; 7 - A renovação cultural da Dinastia Ming; 8 - Encontros e  
 1367 confrontos no desenvolvimento cultural da Dinastia Qing; 9 - Movimentos culturais da  
 1368 República da China (1912); 10 - A cultura revolucionária da República Popular da China  
 1369 (1949) no período Mao Zedong; 11 - A reorientação cultural da República Popular da China  
 1370 (1949) no período Deng Xiaoping. **5.1.3 - ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA JAPONESA**  
 1371 **02 CARGOS, REF. MS-3, EM RDIDP - Proc. 15.1.1804.8.8 PROGRAMA: 1 - Sistema de**  
 1372 **Escrita Japonesa; 2 - Morfologia da Língua Japonesa; 3 - Sintaxe da Língua Japonesa; 4 -**  
 1373 **Semântica-pragmática da Língua Japonesa; 5 - Literatura Japonesa Clássica; 6 - Literatura**  
 1374 **Japonesa Moderna: períodos Meiji e Taishô; 7 - Literatura Japonesa Moderna: período Shôwa;**  
 1375 **8 - Literatura Japonesa Contemporânea; 9 - Cultura Japonesa Clássica: do período Nara ao**  
 1376 **período Edo; 10 - Cultura Japonesa Clássica: do período Meiji aos dias de hoje. Após votação,**  
 1377 **os itens foram APROVADOS. III – ADITAMENTO - 1 - PROGRAMAS DE LIVRE**  
 1378 **DOCÊNCIA DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS PARA O 2º SEMESTRE DE 2015**  
 1379 **(votação aberta). 1.1 - O Departamento de Teoria Literária solicita a INCLUSÃO do programa**  
 1380 **de Livre-docência para o Edital de abertura de Livre Docência previsto para o segundo**  
 1381 **semestre de 2015. TEORIA LITERÁRIA: 1. Literatura e educação; 2. Literatura comparada:**  
 1382 **teoria e prática; 3. Correntes críticas nos estudos literários; 4. Concepções de literatura; 5. O**  
 1383 **conceito de autor; 6. A leitura e o leitor na teoria literária; 7. Aspectos da relação entre**  
 1384 **literatura e ética; 8. Aspectos da relação entre literatura e morte; 9. Literatura e diferença; 10.**  
 1385 **Polêmicas críticas e literárias; 11. A literatura e o contemporâneo; 12. A literatura e o humano.**  
 1386 **Após votação, os itens foram APROVADOS. 2 - EXCLUSÃO DO LABORATÓRIO DO**  
 1387 **ANTIGO ORIENTE-PRÓXIMO 2.1 - Exclusão do Laboratório do Antigo Oriente-Próximo -**  
 1388 **LAOP, vinculado ao Departamento de História. (v. anexo, cópia da solicitação do Prof.**  
 1389 **Marcelo Rede, Coordenador do LAOP e aprovação do Conselho do Depto. de História). Após**  
 1390 **votação, o item foi APROVADO. 3 - ABERTURA DE EDITAL - CONCURSO PÚBLICO**  
 1391 **PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR 7a. ETAPA DO**  
 1392 **PROGRAMA DE APOIO AOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA O PROVIMENTO DE**  
 1393 **CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR. 3.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS**  
 1394 **E VERNÁCULAS. 3.1.1 - ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA LATINA - Proc.**

## A T A S

1395 15.1.1977.8.0 02 CARGOS, REF. MS-3, EM RDIDP - PROGRAMA: 1) ÉPICA: Virgílio; 2)  
1396 DIDÁTICA: Lucrécio; 3) ELEGIA: Ovídio; 4) LÍRICA: Horácio; 5) IAMBO: Catulo; 6)  
1397 TRAGÉDIA: Sêneca; 7) COMÉDIA: Terêncio; 8) ORATÓRIA: Cícero; 9) SÁTIRA: Horácio;  
1398 10) EPÍSTOLA: Cícero; 11) HISTORIOGRAFIA: Salústio; 12) EPIGRAMA: Marcial. **3.1.2** -  
1399 ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA GREGA - Proc. 15.1.1976.8.3 01 CARGO, REF. MS-  
1400 3, EM RDIDP - PROGRAMA: 1) Homero (Ilíada I e VI); 2) Homero (Odisseia I e IX); 3)  
1401 Hesíodo (Teogonia e Trabalhos e Dias); 4) Elegia e Jambo (Arquíloco, Semônides de  
1402 Amorgos; Mímnermo e Hipônax); 5) Eurípides (Medeia); 6) Aristófanes (Rãs); 7) Platão (Íon);  
1403 8) Calímaco (Aitia, Jambos e Hécale); 9) Apolônio de Rodes (Argonáuticas - canto I); 10)  
1404 Teócrito (Idílios I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI); 11) Heródoto (livro I). Após votação, os  
1405 itens foram **APROVADOS**. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Senhor  
1406 Presidente encerrou a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica  
1407 de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com o  
1408 Senhor Presidente. São Paulo, 21 de maio de 2015.